



ANDREINA DEL CARMEN CAMERO DE LIMA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL
EMPRESARIAL E *STAKEHOLDERS*
VULNERÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
A USINA HIDRELÉTRICA DO FUNIL NA VISÃO
DE ATINGIDOS**

**LAVRAS – MG
2015**

ANDREINA DEL CARMEN CAMERO DE LIMA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E
STAKEHOLDERS VULNERÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
USINA HIDRELÉTRICA DO FUNIL NA VISÃO DE ATINGIDOS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora

Dra. Flávia Luciana Naves Mafra

Coorientadora

Dra. Patrícia Aparecida Ferreira

**LAVRAS – MG
2015**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Lima, Andreina Del Carmen Camero de.

Responsabilidade Social Empresarial e Stakeholders

Vulneráveis: um estudo de caso sobre a Usina Hidrelétrica do Funil na visão de atingidos / Andreina Del Carmen Camero de Lima. – Lavras: UFLA, 2015.

128 p. : il.

Dissertação (mestrado acadêmico)–Universidade Federal de Lavras, 2015.

Orientador (a): Flávia Luciana Naves Mafra.

Bibliografia.

1. Responsabilidade Social Empresarial. 2. Stakeholders. 3. Atingidos por barragens. 4. Usina Hidrelétrica do Funil. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

ANDREINA DEL CARMEN CAMERO DE LIMA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E
STAKEHOLDERS VULNERÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
USINA HIDRELÉTRICA DO FUNIL NA VISÃO DE ATINGIDOS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 23 de fevereiro de 2015.

Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle UFLA

Dra. Fernanda Filgueiras Sauerbronn UFRJ

Dra. Flávia Luciana Naves Mafra
Orientadora

Dra. Patrícia Aparecida Ferreira
Coorientadora

**LAVRAS – MG
2015**

Dedico,

*A Deus, por me proporcionar o dom da vida e esta conquista.
Aos meus pais, Sandra e Julio, pelo amor incondicional e por estarem sempre
ao meu lado, oferecendo-me o amparo necessário para cada passo da minha
caminhada e sendo meus principais mestres, ensinando-me os verdadeiros
valores da vida.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ser minha fonte de força, coragem, paz e redenção nos momentos mais difíceis da minha jornada.

Agradeço aos meus pais por seu imenso amor, pelos incentivos e ensinamentos, pela presença constante e por nunca me deixarem desistir de meus sonhos, sendo sempre o meu motivo para seguir em frente.

Aos meus avôs, Cleonice (*in memoriam*), Elson e Migdalia, pelo exemplo de pessoas dignas e batalhadoras, que ajudaram a guiar meu caminho.

Ao meu irmão, pelo apoio e estímulo aos meus projetos e por me proporcionar a alegria de ter meu sobrinho Bernardo como luz e inspiração.

Aos meus familiares, por torcerem sempre por mim e compartilharem de minhas alegrias e vitórias.

Ao meu namorado, Wagner, pelo carinho e amizade todos os dias, pela paciência e cumplicidade devotadas ao nosso relacionamento e pela motivação constante.

Aos amigos, que me acompanharam e torceram por mim com entusiasmo, agradeço pela amizade sincera e companhia em todos os momentos.

Aos colegas de mestrado, em especial as amigas Eliza e Larissa, pela parceria, amizade, companheirismo e por me proporcionarem tantos momentos de leveza quando a angústia e as preocupações desta jornada pesavam.

A minha orientadora Flávia e minha coorientadora Patrícia, pela dedicação e confiança devotadas ao meu trabalho, e principalmente pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Aos colegas da equipe de pesquisa, Marina, Jéssica, Jordana e Raul, pela parceria, ajuda e dedicação na execução deste projeto.

Ao grupo de pesquisa LETRA, por me proporcionar diversos momentos de aprendizagem e a troca de experiências.

Aos professores e funcionários do Departamento de Administração e Economia e do Programa de Pós-graduação, pelo auxílio e ensinamentos necessários para realização deste trabalho.

Aos atingidos pela barragem do Funil, pela disponibilidade em participar e contribuir com este trabalho, pois sem essa colaboração seria impossível alcançar meus objetivos.

A Universidade Federal de Lavras, a FAPEMIG e o CNPq, por oferecer condições de estudo e apoio financeiro ao meu mestrado e ao projeto de pesquisa.

RESUMO

No presente trabalho objetivou-se compreender, a partir da perspectiva dos atingidos da Comunidade do Funil, as ações desenvolvidas pelo consórcio UHE Funil junto a esses atores para a implantação do empreendimento. O referencial teórico é formado por quatro tópicos: 1) O setor de energia elétrica; 2) Reforma do Estado e privatização da esfera pública; 3) Responsabilidade social empresarial e o papel político das corporações; 4) Teoria dos *Stakeholders* e Estratégias de RSE. Para a realização do estudo foram adotadas a revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo através de entrevistas com roteiro semiestruturado. Para a análise das entrevistas, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo e as seguintes categorias analíticas: a) participação; b) acesso e transparência; e c) relações de poder. O processo de implantação da usina caracterizou-se como muito impactante para os atingidos. Foram identificados três grupos de ações de negociação adotadas pelo consórcio: indenizações e realocação, programas de reativação econômica, e acesso a serviços sociais. As implicações identificadas foram as mudanças nas relações de trabalho, na rotina e nos meios e modos de vida, e o forte impacto ambiental na questão da pesca. As medidas mitigatórias adotadas pelo consórcio não foram suficientes para minimizar os danos causados, pois não prezaram pela participação efetiva dos atingidos na tomada de decisão, além de renegar as noções de acesso e transparência, levando à exclusão da parte mais vulnerável, assimetria de informações e recursos, e presença de relações de poder desiguais. O consórcio buscou imprimir junto aos atingidos a impressão de socialmente responsável, através da adoção da RSE como ferramenta estratégica e uma abordagem instrumental dos *stakeholders*, exercendo uma atuação política.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial. *Stakeholders*. Atingidos por barragens. Usina Hidrelétrica do Funil.

ABSTRACT

This study aimed to understand, from the perspective of the Funil Community affected, the actions developed by UHE Funil consortium among these actors for the implementation of the project. The theoretical framework consists of four topics: 1) The Electricity Sector; 2) State Reform and Privatization of the Public Sphere; 3) Corporate Social Responsibility and the Political Role of Corporations; 4) Stakeholders Theory and CSR strategies. The study adopted the document analysis and field research through interviews with semi-structured scripts. For the analysis of the interviews, we used content analysis technique and the following analytical categories: a) participation; b) access and transparency; and c) power relations. The implementation process of the dam was characterized as very impressive to those affected. We identified three groups of trading actions taken by the consortium: compensation and relocation, economic recovery programs, and access to social services. The implications identified were changes in labor relations, in the routine and living ways and means, and the strong environmental impact on fishing. The mitigation measures adopted by the consortium were not sufficient to minimize the damage, because they did not regard on the effective participation of those affected in decision making, and denied the notions of access and transparency, leading to the exclusion of the weaker part, asymmetric information and resources, and the presence of unequal power relations. The consortium sought to print the impression of socially responsible among the dam's affected, through the adoption of CSR as a strategic tool and an instrumental approach of stakeholders, exerting a political action.

Keywords: Corporate Social Responsibility. Stakeholders. Affected by dams. Funil Hydroelectric.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	A Pirâmide de Carroll	42
Figura 2	Antiga Ponte do Funil e propriedades no entorno	60
Figura 3	Antiga Ponte do Funil	61
Figura 4	Construção da usina do Funil	62
Figura 5	Usina Hidrelétrica do Funil finalizada	63
Figura 6	Bacia do rio Grande: áreas diretamente afetadas, de entorno e influência da UHE Funil	64
Figura 7	Nova comunidade do Funil	66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	18
2.1	Objetivo geral	18
2.2	Objetivos específicos	18
3	JUSTIFICATIVA	19
4	REFERENCIAL TEÓRICO	22
4.1	O Setor de Energia Elétrica do Brasil	22
4.1.1	Política energética e o discurso de desenvolvimento	22
4.1.2	Os atingidos por barragens	26
4.1.3	Regulamentação e marcos legais	31
4.2	Reforma do Estado e privatização da esfera pública	36
4.3	Responsabilidade social empresarial e o papel político das corporações	39
4.4	Teoria dos <i>Stakeholders</i> e estratégias de SER	49
5	METODOLOGIA	54
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
6.1	O Processo de implantação da Usina Hidrelétrica do Funil	59
6.2	Ações e negociações do consórcio	71
6.2.1	Indenizações e realocação dos atingidos	71
6.2.2	Programas de reativação econômica	82
6.2	Acesso a serviços sociais básicos	88
6.3	Implicações da implantação do empreendimento para os atingidos	92
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS	110
	ANEXOS	122

1 INTRODUÇÃO

O setor de energia elétrica representa um importante vetor para o desenvolvimento e progresso de um país. O Brasil possui potencial de exploração de diversas fontes de energia renováveis e não renováveis, mas elegeu as usinas hidrelétricas como a principal fonte de energia elétrica no país.

As usinas hidrelétricas passaram a ser construídas no Brasil no final do século XIX (FOSCHIERA; THOMAZ JÚNIOR, 2012), e sua trajetória de investimentos pode ser dividida em três momentos: o primeiro momento foi do final do século XIX até os anos de 1930, em que o setor era financiado por investimentos privados; o segundo momento foi entre os anos 1930 e 1980, em que houve o investimento público direto do Estado devido ao projeto desenvolvimentista do país; o terceiro e atual momento se deu a partir da década de 1980, sob a influência do neoliberalismo, em que o Estado passou a implementar políticas de privatização, transferindo para as empresas privadas a responsabilidade pelo setor de energia elétrica (BASTOS, 2003; LIMA, 2012; PASE; ROCHA, 2010).

Devido às novas configurações políticas e às privatizações, houve um expressivo aumento no número de hidrelétricas na virada do século XXI. Segundo dados do Anuário Estatístico de Energia Elétrica (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE, 2013), entre os anos de 2005 e 2012, entraram em operação 43 novas usinas hidrelétricas no país. Além disso, outros 59 empreendimentos ligados à geração de hidroeletricidade estavam em construção em 2012 (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013).

Com o fortalecimento das políticas neoliberais, há também uma transferência da responsabilidade do Estado de proporcionar o bem-estar social e o desenvolvimento para a iniciativa privada, que ao assumirem tal responsabilidade precisam legitimar suas ações perante a sociedade. Desse modo, esses grandes empreendimentos são quase sempre impostos e justificados pelo Estado e pela

iniciativa privada como um meio de progresso e desenvolvimento regional. Ocorre o que se pode chamar de ‘privatização dos processos de desenvolvimento’, através de meios legais, porém nem sempre legítimos. Ou seja, não apenas a responsabilidade dos empreendimentos é transferida, mas também o processo de desenvolvimento de determinadas regiões é deixado nas mãos das empresas, o qual se dá por meio da mudança das realidades locais e regionais causada pela implantação e controle desses empreendimentos (KREITLON, 2008).

A partir dessa reconfiguração e do papel assumido pelas corporações, ocorre também uma mudança nas demandas da sociedade civil perante tais atores. Devido ao aumento de seu poder e da sua importância no âmbito social, as organizações e entidades da sociedade civil passam a cobrar cada vez mais uma postura socialmente responsável das corporações, condizente com as demandas éticas e morais da sociedade. É nesse contexto que, a partir das exigências e pressões da sociedade civil, surge e se fortalece o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (MOYSÉS FILHO; RODRIGUES; MORETTI, 2011).

Desse modo, durante as últimas décadas, houve um grande aumento na preocupação sobre a responsabilidade social empresarial, e as corporações têm se voltado cada vez mais para formas de comportamento pró-social (VAN AAKEN; SPLITTER; SEIDL, 2013). Nesse sentido, presume-se que tais comportamentos deveriam envolver aspectos como a ética e a moral, acesso e transparência das relações e das informações, além da noção de respeito quanto aos direitos, valores e interesses dos *stakeholders*. No entanto, nem sempre os discursos correspondem à prática. Observa-se que a Responsabilidade Social torna-se uma ferramenta estratégica, que busca legitimar a ação empresarial, garantindo sua boa imagem e aceitação por parte da sociedade, através de uma atuação política, que leva a empresa a assumir o seu papel social (mesmo que seja apenas de forma estratégica) e deixar para trás a equivocada postura de ser meramente um agente econômico.

Portanto, no contexto em que as empresas ganham cada vez mais poder, tornando-se responsáveis por promover não apenas sua função econômica, mas também o desenvolvimento através de grandes empreendimentos, impactando a vida de milhares de pessoas, é importante refletir sobre como os atores mais vulneráveis têm sido tratados pelas organizações privadas e como as ações empresariais têm afetado esses atores.

No caso da construção de usinas hidrelétricas, esse contexto torna-se ainda mais complexo, uma vez que envolve os interesses de diferentes atores. Silva (2007) aponta que os interesses dos atores envolvidos na construção de barragens geralmente se encontram em dois pontos opostos: de um lado encontram-se os empreendedores em busca de lucro e o governo pregando o discurso do desenvolvimento; do outro lado, estão as comunidades atingidas e os movimentos que se posicionam contra tais empreendimentos, como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

A *World Commission on Dams* (Comissão Mundial em Barragens) considera que a finalidade de qualquer projeto de barragem deve ser a melhoria sustentável do bem-estar humano, ou seja, um avanço significativo do desenvolvimento humano, com bases economicamente viáveis, socialmente equitativo e ambientalmente sustentável. Porém, nem sempre esses fundamentos são seguidos, e apesar das colocações a favor da construção de usinas hidrelétricas, não se pode negar a outra face dessa questão. Piacenti et al. (2003) assinalam que a construção de uma usina hidrelétrica gera vários impactos, que podem atingir regiões além daquelas em que estão situados os reservatórios.

Os principais afetados pela construção de barragens são os moradores das áreas alagadas, os quais são conhecidos na literatura como “atingidos por barragens”, que podem ser considerados como qualquer pessoa que seja direta ou indiretamente afetada pelo empreendimento, seja pelo deslocamento físico ou

econômico, por perdas materiais e imateriais, independente de serem inundados (VAINER, 2008).

Apesar de esses empreendimentos serem geralmente apresentados como promessas de desenvolvimento, através de uma possível dinamização da economia local, existem vários aspectos negativos, e por muitas vezes estes podem ser mais relevantes do que aqueles pontos indicados como positivos. Percebe-se que, a ideia de desenvolvimento assumida pelo Estado e pela iniciativa privada não inclui em seus cálculos os danos sociais e ambientais causados, e considera que sacrificar comunidades locais e a natureza é um baixo custo a ser pago para garantir esse desenvolvimento. Ademais, geralmente “as pessoas que ocupam os lugares mapeados são quase sempre desqualificadas sob o olhar dos empreendedores [...]” (NOBREGA, 2011, p. 136), ou seja, são consideradas como tendo pouca importância e até como empecilhos, em relação aos objetivos dos empreendimentos, sendo as populações locais excluídas dos seus planejamentos (SILVA, 2007).

É possível notar que a construção de uma usina hidrelétrica traz a tona um cenário de interesses divergentes, mudanças sociais e ambientais irreversíveis, e que pode gerar diversos conflitos entre as partes, causando geralmente maiores perdas para os atingidos (NASCIMENTO; PEREIRA, 2010). Para tentar identificar e mitigar tais danos, as organizações tendem a adotar práticas de responsabilidade social, direcionadas pela abordagem dos *stakeholders*. Essa abordagem pressupõe que para compreender o ambiente da organização é preciso considerar todos os atores relacionados direta e indiretamente com as atividades organizacionais, pois somente assim seria possível identificar as necessidades e demandas dos diferentes grupos de *stakeholders*, tentando conciliá-las aos interesses da empresa, a fim de evitar conflitos.

Entretanto, é preciso ponderar que, apesar de as empresas adotarem essas práticas de responsabilidade social, isso não significa que elas estejam levando

mais a sério o seu papel político e social. Tais ações, além de atenderem em grande parte aos requisitos legais, refletem uma mudança ideológica ligada a um novo espírito do capitalismo, em que uma das funções centrais da ideologia é justamente tornar invisível as contradições existentes entre as atividades empresariais e a noção de bem social (CEDERSTRÖM; MARINETTO, 2013). Além disso, com base numa abordagem dos *stakeholders* centrada nos negócios, os atores mais vulneráveis, como os atingidos por barragens, com uma capacidade limitada de afetar as empresas, provavelmente não recebem muita atenção por parte de gerentes e da organização. Os modelos de *stakeholders* servem mais para limitar os interesses das partes interessadas e modelar o comportamento, e são especialmente inadequadas quando envolvem o tratamento de atores marginalizados ou vulneráveis (MAYES; PINI; MCDONALD, 2013), ou seja, a empresa tende a ignorar grande parte das demandas efetivas desses atores, utilizando todo seu poder para remodelar o contexto social, político e econômico no qual o empreendimento será implantado.

Além dessa realidade conflituosa, constata-se que grande parte das pesquisas sobre essa temática também é feita sob a ótica do discurso e dos argumentos das corporações, ou seja, a própria academia não problematiza a utilização da abordagem dos *stakeholders*, contribuindo, de certa forma, para essa invisibilidade dos conflitos entre empresas e a sociedade. Por isso, se torna fundamental entender a visão que esses atores sociais, os atingidos por barragens, (considerados aqui como *stakeholders* vulneráveis) têm sobre esses empreendimentos, dando voz a atores frequentemente desqualificados como interlocutores nesses processos, buscando compreender através de suas percepções a atuação das empresas junto aos seus *stakeholders* e desvelar a parte que tende a ficar oculta no discurso socialmente responsável pregado pelos empreendedores.

Para abordar tal realidade, nesta pesquisa tem-se como objeto de estudo a Usina Hidrelétrica do Funil, que está situada entre as cidades de Lavras e Perdões, no sul de Minas Gerais e representa um desses grandes empreendimentos, promovido pelo governo em parceria com a iniciativa privada, sendo o Consórcio responsável pela usina formado pelas empresas Cemig (49%) e Vale (51%). Esse empreendimento começou a ser construído no ano 2000 e iniciou suas operações em 2003. O seu reservatório possui 34,71km² de extensão e sua área de impacto abrangeu os municípios de Lavras, Perdões, Ijaci, Bom Sucesso, Ibituruna e Itumirim. As comunidades Macaia, Pedra Negra e Ponte do Funil foram atingidas diretamente pelo alagamento para formação do reservatório (UHE FUNIL, 2014).

Deve-se observar que, devido aos fins e possibilidades deste estudo, optou-se por considerar como foco de investigação apenas a Comunidade do Funil, sendo o objetivo geral dessa pesquisa norteado pela seguinte questão: considerando os requisitos fundamentais da RSE e, na perspectiva dos moradores da Comunidade do Funil, como foi a atuação do Consórcio UHE Funil em relação a esses atores na implantação do empreendimento?

Para responder tal questionamento, este estudo encontra-se estruturado da seguinte forma: além desta introdução, segue a apresentação dos objetivos e a justificativa da relevância dessa pesquisa. Posteriormente, apresenta-se o referencial teórico que pretende contextualizar o cenário atual em relação ao setor energético e a construção de barragens no país, demonstrar como as corporações têm assumido um novo papel na sociedade após a Reforma do Estado, e apresentar a temática de Responsabilidade Social Empresarial e a Teoria dos *Stakeholders*. Por fim, serão apresentados os caminhos metodológicos e os resultados da pesquisa, buscando revelar as ações adotadas pelo Consórcio UHE Funil e a sua atuação na Comunidade do Funil, seguidos das considerações finais deste trabalho.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Compreender, a partir da perspectiva dos atingidos da Comunidade do Funil, as ações desenvolvidas pelo consórcio UHE Funil junto a esses atores para a implantação do empreendimento.

2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o processo de implantação da Usina Hidrelétrica do Funil.
- Caracterizar, na perspectiva dos atingidos da Comunidade do Funil, as ações e negociações desenvolvidas pelo consórcio UHE Funil para atender às demandas dos atingidos.
- Conhecer as implicações da implantação do empreendimento, na perspectiva dos atingidos da Comunidade do Funil.

3 JUSTIFICATIVA

O setor de energia elétrica tem uma função essencial para o desenvolvimento econômico e social do país. No Brasil, cabe às usinas hidrelétricas gerar a maior parte da energia consumida por indústrias, comércios e pela população. Não obstante, nos últimos anos houve um grande aumento na construção de barragens, com o intuito de garantir a produção energética, e a tendência é que este número continue a crescer. Assim, em um contexto em que tende a aumentar o número desse tipo de empreendimento, é de suma importância estudar tal fenômeno e seus desdobramentos.

Embora a geração de energia possa ser benéfica tanto para o Estado e as corporações, quanto para a população, sabe-se que a construção de usinas envolve interesses antagônicos. De um lado, encontra-se o Estado e a iniciativa privada, com interesse na geração de energia elétrica e nos lucros provenientes dessa atividade. Do outro lado, à mercê desses interesses, encontram-se as comunidades afetadas pela construção das barragens que, não tendo envolvimento com a decisão do empreendimento ou com seus objetivos mais gerais, desconhecem os impactos decorrentes desses empreendimentos e se submetem ao imperativo de ter que recomeçar suas vidas. Apesar de recair sobre os atingidos diversas consequências sociais, ambientais e econômicas, esses atores geralmente são abolidos pelos empreendedores de todo o processo, cabendo a eles apenas receber uma indenização ou serem realocados. Portanto, torna-se fundamental compreender como ocorrem os processos de implantação desses empreendimentos e a maneira como afetam e modificam a vida das pessoas inseridas nas regiões atingidas, tendo em vista que a participação desses

atores no processo é quase sempre relegada ao segundo plano, ficando os interesses dos atingidos nas mãos dos empreendedores.

Vale ressaltar que do ponto de vista empírico, a relevância da pesquisa se deve à incipiência de estudos na área de Administração, em uma perspectiva voltada para aspectos sociais e com visão crítica, sobre a Usina Hidrelétrica do Funil, que já está em operação há mais de 10 anos. Além disso, há o fato de que houve pouca mobilização social da comunidade e da região contra a construção da barragem, configurando-se como um caso distinto da grande maioria, em que geralmente ocorrem conflitos e forte resistência.

Do ponto de vista teórico, um aspecto relevante desta pesquisa refere-se ao tema abordado. A temática de Responsabilidade Social Empresarial tem sido largamente discutida no campo da Administração, porém com uma visão predominantemente instrumental, como apontam Van Aaken, Splitter e Seidl (2013). Este trabalho busca trazer à tona uma abordagem mais recente sobre o tema, a RSE Política (SCHERER; PALAZZO, 2011), a qual utiliza uma perspectiva crítica sobre o papel das corporações no contexto atual. De acordo com abordagem desses autores, torna-se necessário ouvir os atores que são afetados pelas ações das empresas e que são abolidos dos processos decisórios, pois muitas vezes são vistos como barreiras para a realização dos projetos dessas empresas. Também sob o ponto de vista teórico, constata-se que a própria academia não tem problematizado a utilização da abordagem dos *stakeholders* atrelada à RSE, pois muitas das pesquisas são realizadas sob a ótica do discurso e dos argumentos das corporações, contribuindo para a invisibilidade dos conflitos entre empresas e a sociedade (CEDERSTRÖM; MARINETTO, 2013; FARIA; SAUERBRONN, 2008; SAUERBRONN; SAUERBRONN, 2011).

Além disso, no caso específico dos atingidos por barragens, a política energética adotada pelo Estado vem sendo conduzida, principalmente, por meio

de investimentos de empresas privadas, através de privatizações ou pela criação de consórcios, percebendo-se que ocorre um repasse das responsabilidades do setor público para a iniciativa privada e uma ‘privatização dos processos de desenvolvimento’ no Brasil (KREITLON, 2008). Desse modo, as empresas privadas passam a ocupar um novo papel, atuando politicamente na sociedade e frente aos seus *stakeholders*, adotando discursos de responsabilidade social como estratégias que garantem a sua legitimidade e mantêm a sua posição nas relações de poder, através da exclusão das partes mais vulneráveis (COSTA; CARVALHO, 2005; SCHERER; PALAZZO, 2011). Cabe assim, investigar a atuação dessas empresas, buscando compreender as suas articulações e o seu papel na sociedade.

Desse modo, esta pesquisa pretende dar voz aos atores sociais atingidos pela Usina Hidrelétrica do Funil, fornecendo informações sobre a visão dos atingidos da Comunidade do Funil acerca de todo o processo de implantação do empreendimento, abrangendo as ações adotadas pelo consórcio, as implicações decorrentes da construção da barragem para a comunidade atingida e a atuação do consórcio UHE Funil em relação aos atingidos. Destaca-se ainda que as informações levantadas neste estudo podem suscitar novas questões para futuros debates e pesquisas, enriquecendo ainda mais as reflexões sobre o tema.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 O Setor de Energia Elétrica do Brasil

Este tópico busca apresentar uma contextualização sobre o setor de energia elétrica no Brasil, apontando dados e informações relevantes sobre a área e os atores envolvidos, para uma melhor compreensão do cenário em estudo neste trabalho. Com o intuito de sistematizar de forma clara e objetiva tais aspectos, optou-se por dividir este tópico em três seções: a política energética e o discurso de desenvolvimento, os atingidos por barragens, e regulamentações e marcos legais.

4.1.1 Política energética e o discurso de desenvolvimento

O Brasil possui potencial de exploração de diversas fontes de energia renováveis e não renováveis, mas as usinas hidrelétricas foram eleitas como a principal fonte de energia elétrica no país e representam cerca de 66% da capacidade instalada, com participação de aproximadamente 75% do total de geração de energia elétrica (EPE, 2013). Para Pase e Rocha (2010), entre as razões que levaram a essa escolha está a abundância hídrica no país, o qual reúne quase 12% do total de água doce da terra, além do relevo planáltico com desníveis que favorece a construção de barragens com altos níveis de produtividade a partir de investimentos privados na produção de energia elétrica. A união desses aspectos faz com que o Brasil tenha uma inclinação para produzir energia através de hidrelétricas, sendo que o “desenvolvimento do setor foi diretamente influenciado pelas configurações políticas, econômicas e sociais peculiares ao Brasil [...]” (PASE; ROCHA, 2010, p. 44).

As usinas hidrelétricas passaram a ser construídas no Brasil no final do século XIX (FOSCHIERA; THOMAZ JÚNIOR, 2012), a partir de investimentos privados, com o intuito de atender à demanda por energia elétrica, e podem ser classificadas como grandes projetos de investimento, que se apropriam de recursos naturais e humanos sob a lógica estritamente econômica (SILVA; SILVA, 2011). No entanto, foi apenas entre os anos 1930 e 1980, através de investimento público direto do Estado em infraestrutura e na produção de bens e serviços essenciais, que houve um aumento e se consolidou a oferta de energia, que visava manter o parque industrial, permitir a urbanização e também possibilitar o acesso da população a serviços públicos (LIMA, 2012; PASE; ROCHA, 2010). Além disso, a política de produção de energia elétrica e a construção de usinas hidrelétricas nesse período foram tomadas como opção de desenvolvimento pelo Estado, sendo viabilizadas pela construção de grandes empreendimentos para a expansão da produção de energia elétrica no país e a criação de estatais como a Eletrobrás, pautando-se em um discurso de progresso (LIMA, 2012; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

[...] as construções de Usinas Hidrelétricas eram propostas a luz de uma “ideologia da modernização” sem que os setores responsáveis se preocupassem com as alterações e mudanças que viessem a ocorrer no ambiente natural. [...] e baseados na ideologia de que esses projetos eram positivos porque traziam o desenvolvimento da região e o conseqüente bem estar da sua população [...] (COLITO, 2000, p. 275).

Posteriormente, com a crise dos anos de 1980, o Estado se viu impossibilitado de continuar com os investimentos públicos no setor, levando ao declínio do desenvolvimentismo (LIMA, 2012). A partir dessa década, sob a influência do neoliberalismo, o Estado passou a implementar políticas de privatização, transferindo para as empresas privadas a

responsabilidade pelo setor de energia elétrica (BASTOS, 2003). Essa transferência se dá através de concessões e permissões do Estado para que a iniciativa privada possa explorar as usinas, geralmente com a formação de consórcios entre empresas públicas e privadas. Devido às novas configurações políticas e às privatizações, houve um aumento nos investimentos e na quantidade de empreendimentos no setor (COLITO, 2000; LETURCQ, 2007; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Além do grande número de barragens já existentes no Brasil, atualmente há uma tendência de aumento na quantidade de empreendimentos desse tipo, com a finalidade de garantir a produção energética do país (COLITO, 2000; LETURCQ, 2007; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007). Segundo Porto, Finamore e Ferreira (2013) houve um expressivo aumento no número de hidrelétricas na virada do século XXI. Os autores também destacam os recentes incentivos do Estado, como o Programa de Aceleração do Crescimento, que buscaram expandir o setor elétrico e a hidroeletricidade. Segundo dados do Anuário Estatístico de Energia Elétrica (EPE, 2013), entre os anos de 2005 e 2012, entraram em operação 43 novas usinas hidrelétricas no país. Além disso, outros 59 empreendimentos ligados à geração de hidroeletricidade (1 central hidrelétrica, 47 pequenas centrais hidrelétricas e 11 usinas hidrelétricas) estavam em construção em 2012. Esse aumento busca atender a “um crescimento na demanda energética de 60.000 MW até 2020, em adição aos 110.000 MW existentes em 2010”, prevendo que “até 2020 mais 10 usinas de médio e grande porte sejam construídas na bacia amazônica” (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013, p. 42). Confirma-se assim que a política energética tende a seguir no mesmo caminho de aumento do número de barragens.

Cabe destacar que esses grandes empreendimentos são ainda quase sempre impostos e justificados em nome do progresso, do desenvolvimento

regional e o bem-estar das comunidades, mesmo com as discussões acerca dos aspectos negativos do aumento de usinas hidrelétricas no território nacional. Grandes projetos hidrelétricos, como Itaipú, Tucuruí e Uruguai, foram concebidos dentro da visão de propiciar energia elétrica para desenvolver socialmente o país. No entanto, ressalta-se que a avaliação do nível de desenvolvimento de um país não pode ser feita apenas com base no seu consumo energético (COLITO, 2000).

O relatório da *World Commission on Dams* – WCD (2000, p. 11) expõe o seguinte trecho sobre a relação entre usinas e desenvolvimento:

Dams have been promoted as an important means of meeting perceived needs for water and energy services and as long-term, strategic investments with the ability to deliver multiple benefits. Some of these additional benefits are typical of all large public infrastructure projects, while others are unique to dams and specific to particular projects. Regional development, job creation and fostering an industry base with export capability are most often cited as additional considerations for building large dams. Other goals include creating income from export earnings, either through direct sales of electricity, or by selling cash crops or processed products from electricity intensive industry such as aluminium refining).

Ou seja, a construção de barragens é promovida, principalmente, como um importante meio de fomentar as necessidades de água e energia, e dar suporte ao desenvolvimento econômico. No entanto, a WCD (2000) considera que a finalidade de qualquer projeto de barragem deve ser a melhoria sustentável do bem-estar humano, ou seja, um avanço significativo do desenvolvimento humano, com bases economicamente viáveis, socialmente equitativo e ambientalmente sustentável. Porém, sabe-se que nem sempre esses fundamentos são seguidos, e apesar das colocações a favor da construção de usinas hidrelétricas, não se pode negar a outra face dessa questão, como os impactos decorrentes desses empreendimentos e aqueles que têm suas vidas afetadas por tais impactos.

4.1.2 Os atingidos por barragens

Apesar dos esforços dos empreendedores do setor para tentar diminuir os impactos destrutivos da construção de barragens, através da omissão dos danos sociais e ambientais que podem ser causados, é inegável que as usinas hidrelétricas causam “alterações de grande porte na natureza” e “transformações radicais na sociedade” (NOBREGA, 2011, p. 129).

Como afirmou Nobrega (2011), esses grandes empreendimentos não se constituem em uma “tecnologia neutra”, mas estão situados no campo da política, o qual é marcado por um grande conflito de interesses que abrange principalmente a apropriação de recursos naturais e a desapropriação dos ocupantes das terras desejadas pelos empreendimentos. Ainda segundo o autor, “estes conflitos situam os interessados na construção das barragens e as pessoas que ocupam os territórios visados pelos empreendimentos propostos em campos opostos” (NOBREGA, 2011, p. 128).

Piacenti et al. (2003) assinalam que a construção de uma usina hidrelétrica gera vários impactos, que podem atingir regiões além daquelas em que estão situados os reservatórios. Esses impactos podem ser divididos em ambientais, sociais e econômicos. Dentre os principais impactos ambientais, estão as mudanças causadas na flora e na fauna, e também sobre os recursos naturais, além das alterações na estrutura física e climática das regiões. Corroborando, a WCD (2000) afirma que as barragens causaram e ainda causam perdas significativas e irreversíveis a espécies e ecossistemas. Quanto ao aspecto social, os principais impactos são a realocação e as desapropriações, que alteram o perfil da comunidade e o sistema populacional, podendo causar mudanças na cultura e o modo de vida das pessoas. Em relação aos impactos econômicos, aponta-se a injeção de recursos nas áreas atingidas e próximas a estas, devido à construção do empreendimento, mas

também o alagamento de espaços produtivos que pode prejudicar a dinâmica econômica local (PIACENTI et al, 2003). Além disso, esses empreendimentos que são expostos como programas de desenvolvimento, já são responsáveis “pelo deslocamento compulsório e pelo empobrecimento de cerca de cem milhões de pessoas” (NOBREGA, 2011, p. 126).

Dessa forma, os principais afetados pela construção de barragens são os moradores das áreas alagadas, os quais são conhecidos na literatura como atingidos por barragens. Segundo Nobrega (2011, p. 126), os atingidos por barragem estão incluídos em um grupo que é designado pela autora como “refugiados do desenvolvimento”, “termo que designa as pessoas que sofreram deslocamentos forçados motivados por grandes obras de infraestrutura [...]”.

Segundo Vainer (2008), por muito tempo os empreendedores de projetos hidrelétricos de interesse público tinham o direito de desapropriação e suas ações eram limitadas à indenização dos proprietários das terras que seriam alagadas, tratando-se de uma questão meramente territorial. Não existia preocupação com relação aos impactos social e ambiental e, portanto, apenas os proprietários eram considerados como atingidos. Outra concepção de atingido é a que se considera como atingido apenas as pessoas que foram ‘inundadas’, independente de serem os proprietários das terras, apontado pelo autor como uma concepção hídrica (VAINER, 2008).

Para as agências multilaterais, como o *International Financial Corporation*, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o conceito de atingidos não se atrela somente a uma questão territorial ou hídrica, mas relaciona-se a concepção dos empreendimentos como causadores de mudanças sociais. Assim, o conceito de atingidos abrange qualquer pessoa que passe por algum tipo de deslocamento físico ou econômico, ou que seja afetada pela “desestruturação

de relações prevalecentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais)” (VAINER, 2008, p. 5). Ademais, o autor cita que com base na literatura acadêmica atual, também podem ser considerados como atingidos, os proprietários ou comunidades a jusante da barragem, independente de terem sido inundados.

No entanto, apesar dos avanços na concepção sobre os atingidos por barragens, o que se observa na prática é que no tratamento desses grupos ainda prevalece uma abordagem baseada nas concepções territorial e hídrica. Corroborando com a ideia, Nobrega (2011) aponta em seu trabalho o relatório divulgado pela CMB (Comissão Mundial de Barragens), que traz considerações interessantes sobre os atingidos por barragens:

Muitas das pessoas deslocadas não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas. Nos casos em que houve indenização, esta quase sempre se mostrou inadequada; e nos casos em que as pessoas deslocadas foram devidamente cadastradas, muitas não foram incluídas nos programas de reassentamento. Aquelas que foram reassentadas raramente tiveram seus meios de subsistência restaurados, pois os programas de reassentamento em geral concentram-se na mudança física, excluindo a recuperação econômica e social dos deslocados. Quanto maior a magnitude do deslocamento, menor a probabilidade de que os meios de subsistência das populações afetadas possam ser restaurados. Populações afetadas que moram perto de represas, bem como pessoas deslocadas e comunidades a jusante, sofreram frequentemente efeitos adversos sobre sua saúde e meios de subsistência, decorrentes das mudanças no meio ambiente e da ruptura social. Dentre as comunidades afetadas, a desigualdade entre os sexos muitas vezes aumentou, com as mulheres sofrendo uma parcela desproporcional dos custos sociais e, via de regra, sendo discriminadas na partilha dos benefícios (CBM, 2000 apud NOBREGA, 2011, p. 130).

Percebe-se que apesar desses empreendimentos serem geralmente apresentados como promessas de desenvolvimento, através de uma possível dinamização da economia local, os aspectos negativos também estão presentes, e por muitas vezes podem ser mais relevantes do que aqueles pontos indicados como positivos. Assim, a ideia de desenvolvimento não inclui em seus cálculos os danos sociais e ambientais causados, e considera que sacrificar comunidades locais e a natureza é um baixo custo a ser pago para garantir esse desenvolvimento. Ademais, geralmente, “as pessoas que ocupam os lugares mapeados são quase sempre desqualificadas sob o olhar dos empreendedores [...]” (NOBREGA, 2011, p. 136), ou seja, são consideradas como tendo pouca importância e até como empecilhos, em relação às ideias de desenvolvimento e progresso trazidas pelos empreendimentos. Silva (2007, p. 2) aponta também que “a articulação do discurso do ‘desenvolvimento’, simbolicamente representado pelas grandes barragens, não foi capaz de incluir as populações locais no seu planejamento”.

As medidas compensatórias, denominadas de ações sociais, são realizadas como forma de minimizar ou neutralizar os danos causados, mas tais medidas não são capazes de atender às demandas das comunidades atingidas, pois ficam estritamente a cargo de critérios legais muito genéricos e que concentram o poder de decisão nas mãos das empresas. Além disso, a avaliação de impactos sociais só é realizada após a definição do empreendimento, o que demonstra a ausência de preocupação com as questões sociais e da adequação socioambiental do empreendimento. Assim, Nogueira (2007, p. 21) afirma que “as questões sociais são colocadas em segundo plano nesse processo de tomada de decisões, elas passam a ser um ‘problema’ e as soluções propostas, na maioria dos casos, não favorecem a população”.

Silva (2007) indica que os interesses dos atores envolvidos na construção desses grandes empreendimentos geralmente se encontram em dois pontos opostos: de um lado encontram-se os empreendedores em busca de lucro e o Estado pregando o discurso do desenvolvimento; do outro lado estão as comunidades atingidas e os movimentos que se posicionam contra tais empreendimentos, como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Devido aos interesses divergentes entre as partes, esses empreendimentos adotam um discurso atraente, apontando chances de empregos e melhora das condições de vida, com o objetivo de cativar as pessoas e conseguir seu apoio para a implementação do empreendimento, fazendo com que as pessoas acreditem que a construção da barragem representa oportunidades e benefícios para todos (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013). Percebe-se a existência de um forte marketing acerca dos empreendimentos, mostrando aspectos positivos (porém contraditórios), que se torna uma ferramenta velada para exercer pressão. Desse modo, “a população fragilizada pelo momento de incertezas e cheia de esperanças no progresso ali proposto”, ao invés de lutar por seus direitos, “acaba por se desmobilizar num momento em que seria necessária a formação de uma identidade de resistência ao empreendimento” (NOGUEIRA, 2007, p. 22).

Essas comunidades sofrem os maiores transtornos gerados pelos impactos das hidrelétricas, tendo suas rotinas modificadas principalmente pela mudança no uso dos recursos naturais e do seu território, além das perdas sociais e simbólicas (NOGUEIRA, 2007; SILVA, 2007). Percebe-se assim que a construção de uma usina hidrelétrica traz a tona um cenário de interesses divergentes, mudanças sociais e ambientais irreversíveis, e que pode gerar diversos conflitos entre as partes, causando geralmente maiores perdas para os atingidos (NASCIMENTO; PEREIRA, 2010), pois além de

ser a parte mais vulnerável, esses atores também não contam com o apoio do poder público e nem com a proteção de uma legislação adequada e eficiente.

4.1.3 Regulamentação e marcos legais

No fim dos anos 1980, começa a surgir no Brasil uma preocupação com os problemas sociais e ambientais decorrentes da construção de uma barragem. Com o fim da ditadura militar e o processo de redemocratização no país, fatores como a ascensão de movimentos ambientalistas, o aumento com as preocupações em relação à preservação do meio ambiente, a pressão da sociedade civil e a resistência das populações atingidas, levaram o setor elétrico a incorporar questões sociais e ambientais à sua agenda (PINHEIRO, 2006). Em decorrência desses fatores, em 1986 foi criado o Conselho Consultivo de Meio Ambiente da Eletrobrás (CCMA) e redigida a Resolução 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que regulamentou a obrigatoriedade de realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) para fins de licenciamento ambiental. Posteriormente, no início dos anos 1990, com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) e a reformulação das Constituições Estaduais, houve um avanço em relação às legislações estaduais e a consolidação das agências ambientais em vários estados.

Vainer (2007, p. 119) aponta que esse período foi marcado pela incorporação de um “aparato institucional e técnico-operacional” sobre as questões ambientais nas grandes empresas energéticas, sendo obrigadas a se adaptar às novas exigências legais, bem como atender às necessidades das populações atingidas. No entanto, esse processo de questionamento e crítica sobre o modelo de atuação das empresas do setor de energia elétrica passou por uma interrupção em meados da década de 1990, quando ocorreu uma reestruturação do setor, através da implantação de políticas neoliberais que

levaram ao enfraquecimento do desenvolvimentismo do Estado e à ampliação das privatizações das antigas estatais. Acreditava-se que o setor privado teria melhores condições para assumir o controle da operação e do planejamento do sistema elétrico no país, devido à sua maior competência e capacidade de investimento (BORGES, 2007).

Porém, observou-se que a privatização do setor hidrelétrico não trouxe mudanças em relação ao modelo centralizador de tomada de decisões para a construção de barragens, relegando a participação dos atingidos e representando um retrocesso, pois muitas empresas que englobam o setor elétrico visualizam o meio ambiente como uma barreira para o desenvolvimento (VAINER, 2007).

Além da política energética brasileira, a relação entre Estado, empreendedores de usinas hidrelétricas e atingidos também é permeada por mecanismos legais e agências governamentais que atualmente regulam a implantação de barragens. As mais relevantes são: i) a Lei 6.938/81 que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981); ii) a Resolução 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para fins de licenciamento ambiental; iii) a Resolução CONAMA 09/87, que dispõe sobre a questão das audiências públicas (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, 1987); iv) a Resolução 237/97, que regulamenta os aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, e a Lei 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997; CONAMA, 1997); v) a Lei 9.985/00, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000); vi) o Decreto nº 7.342/10 que institui o cadastro socioeconômico para

identificação da população atingida por barragens e o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico (BRASIL, 2010).

Apesar de esses mecanismos legais representarem avanços na regulamentação do setor, ressalta-se que tais documentos tem uma orientação mais voltada para a dimensão ambiental e abordam de maneira rasa o aspecto social. Nascimento e Pereira (2010) indicam que os mecanismos de regulamentação para mitigação e compensação dos impactos sociais sofridos pelos atingidos por barragens ainda são deficientes, sendo necessárias alterações na legislação que possibilitem o menor dano possível para essas populações e melhores condições de compensação pelas perdas econômicas, sociais e ambientais.

Corroborando a perspectiva de Nascimento e Pereira (2010), pode-se citar a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CF) prevista no art. 20, §1º da Constituição Federal/1988, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989. Essa regulamentação prevê que as concessionárias de geração hidrelétrica devem pagar 6,75% do valor da energia produzida pela utilização de recursos hídricos, sendo os estados, municípios e órgãos da administração direta da União os beneficiários dessa taxa. Entretanto, não está previsto legalmente que esses recursos devam ser destinados exclusivamente à compensação dos danos causados pelo empreendimento hidrelétrico, ficando a cargo das prefeituras e estados beneficiados escolher a maneira como essa verba será utilizada, e assim, não beneficiando diretamente os atingidos (BRASIL, 1988, 1989).

Além disso, a Lei nº 9.074/95 concede poder às concessionárias e permissionárias de desapropriar os atingidos sob a justificativa de utilidade pública, desobrigando essas empresas do serviço público energético da responsabilidade sobre os impactos sociais causados pela desterritorialização

dos atingidos pelas barragens, reduzindo o problema social a uma questão meramente indenizatória (BRASIL, 1995; VAINER, 2007).

Já o Decreto nº 7.342/2010 define quem são os atingidos por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, e também instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida e criou o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2010). Esse Decreto encarregou a ANEEL de incluir cláusula específica nos editais de leilão de energia elétrica sobre as responsabilidades do concessionário em relação à população atingida incluída no cadastro socioeconômico, mas não especificou quais as responsabilidades dos empreendedores para com os atingidos pelos deslocamentos compulsórios e nada mencionou sobre os direitos dessa população. Desse modo, apesar de buscar identificar as populações atingidas, tal decreto não modifica a posição vulnerável ocupada por esses atores, posição já existente mesmo antes da construção das usinas hidrelétricas. Assim, as negociações sobre os direitos dessas populações se iniciam de maneira desigual e não se modificam ao longo do processo, devido à falta de informações e de um suporte legal. Além dessas deficiências na legislação, é possível observar que os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) são elaborados pelas empresas de consultoria como ferramentas de propaganda do empreendimento, “afastando-se de seu objetivo de ser um levantamento dos impactos a fim de que os mesmos possam ser mitigados, ressarcidos, compensados ou reparados” (VAINER, 2008). Percebe-se ainda que as agências ambientais licenciadoras também têm sua dose de responsabilidade nesse problema, pois muitas vezes por pressões políticas, acabam licenciando “projetos cujos impactos e grupos atingidos não foram corretamente identificados, e menos ainda equacionados” (VAINER, 2008). Ou seja, percebe-se que as

especificidades culturais, sociais, econômicas das regiões afetadas não são adequadamente consideradas nos processos de implantação de usinas, e ainda assim, as licenças são concedidas aos empreendedores.

Outro ponto que merece destaque é o descaso por parte dos empreendedores do setor em relação às populações atingidas pelas barragens, não havendo a participação efetiva dessas populações nos processos decisórios (BERMANN, 2007; VAINER, 2007; ZHOURI; OLIVEIRA 2007). Apesar das audiências públicas serem obrigatórias, de acordo com a Resolução CONAMA 09/87, percebe-se que o direito de participação desses atores na maioria dos casos é moderado ou cerceado pela presença dos empreendedores, enfraquecendo a ação coletiva dessas populações (CONAMA, 1987). Assim, o espaço que deveria ser destinado para a discussão das demandas dos atingidos e dos efeitos negativos provocados após a construção do empreendimento, desvia-se de seus objetivos principais, transformando as reuniões e audiências públicas em um mero espaço de marketing, que busca valorizar os benefícios da implantação da barragem.

Desse modo, observa-se que há uma insuficiência legal e regulamentar em relação à implantação de barragens, principalmente no que diz respeito à minoração dos impactos sofridos pela população atingida, que mesmo antes desse processo, geralmente se encontra em posição vulnerável. Ademais, percebe-se que, muitas vezes, a iniciativa para minorar os impactos causados advém dos próprios empreendedores, pois, para obter o EIA-RIMA, os responsáveis pela construção da barragem necessitam especificar medidas mitigatórias que compensem esses impactos. Portanto, essas iniciativas não representam medidas pautadas nos interesses dos atingidos nem são eficazes na mitigação dos danos sofridos por eles, pois tem como principal preocupação apenas o cumprimento dos requisitos legais para a obtenção da licença prévia e de operação. Ou seja, tais medidas não

representam que as empresas tem um foco nas questões sociais de forma real e aprofundada (SILVA; MORET, 2012).

Constata-se, ao analisar tais regulamentações, que predominam as dimensões técnica e econômica nos processos de implantação desses empreendimentos e que as proteções legais são mais focadas no meio ambiente natural, e não em aspectos sociais. Assim, Silva e Moret (2012, p. 24) afirmam que “há completa omissão da lei e, sobretudo, do Estado quanto às questões sociais. Não há previsão legal de como deve ser o tratamento aos atingidos, de que maneira e respeitando a que princípios devem ser feitas as reparações”. Desse modo, os atingidos parecem estar relegados a uma posição de pouca importância na sociedade, ficando seus direitos reduzidos às questões meramente indenizatórias, desconsiderando-se o saber local das comunidades atingidas e colocando em segundo plano os impactos sofridos por esses atores sociais, deixando-os à mercê da pressão exercida por grandes grupos econômicos que objetivam a implantação e exploração dos empreendimentos.

4.2 Reforma do Estado e privatização da esfera pública

Ao abordar o setor de energia elétrica, que envolve a atuação do Estado e atores da iniciativa privada, é relevante delinear o contexto histórico do país em que se desenvolveram as ações que levaram ao atual cenário político e econômico. Concomitante ao surgimento das pressões sociais, dos marcos legais e da preocupação com a questão energética na década de 80, o Brasil também passava por um período de mudanças políticas e econômicas, como a Reforma do Estado e a implantação de medidas neoliberais, que influenciaram diretamente o setor de energia elétrica. Assim, esta seção apresentará brevemente a Reforma do Estado, a adoção de políticas neoliberais e a decorrente reconfiguração entre os papéis

do Estado e das corporações na sociedade, contextualizando as mudanças ocorridas no setor de energia elétrica.

Na década de 1980, a crise econômica enfrentada no Brasil e em vários países fez declinar o modelo nacional-desenvolvimentista, pautado na ideia do Estado de bem-estar social do cenário pós-guerra, que tinha como objetivo industrializar e desenvolver economicamente o país (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009; CARINHATO, 2008). No Brasil, o fracasso de diversos planos, como o Plano Cruzado, o esgotamento do Modelo de Substituição de Importações e a percepção da incapacidade do projeto neodesenvolvimentista em solucionar os problemas da crise estrutural, foram o ponto de partida para que começasse a se delinear e fortalecer um projeto neoliberal (FILGUEIRAS, 2006).

As políticas neoliberais começaram a ser implantadas no Brasil pelo governo Collor, com a criação do Plano Nacional de Desestatização (PND), que trazia mudanças institucionais que possibilitavam transferir a exploração de bens e serviços de utilidade pública das empresas estatais para as mãos da iniciativa privada, como as empresas do setor de energia elétrica. Esse plano visava focar a atuação do Estado em seu papel regulador, afastando-o da função de provedor econômico (KREITLON, 2008).

Com a saída de Collor do poder, houve uma interrupção na implantação do modelo neoliberal (SADER, 2010). No entanto, nos governos seguintes, de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, as políticas neoliberais ganharam forças e conseguiram se consolidar no país (FILGUEIRAS, 2006; KREITLON, 2008; SADER, 2010). O novo projeto político propunha a Reforma do Estado, através da desregulamentação da economia, com medidas que envolviam a abertura econômica e privatizações, enfraquecendo assim o papel do Estado (SADER, 2010).

Conjuntamente a Reforma do Estado, o forte processo de globalização também exerceu “uma influência significativa na relativização do poder dos Estados Nacionais”, afastando ainda mais o Estado do seu papel central na sociedade e levando ao surgimento de novos atores, que vão desde “organizações internacionais e supranacionais institucionalizadas, como também na forma de empresas e organizações econômicas transnacionais”, que em muitos casos, detêm um “poder econômico e social” maior que o poder dos Estados (PEREIRA, 2013, p. 40). Segundo Kreitlon (2008, p. 41), nesse novo contexto, o Estado estaria restrito “a criar e manter este ambiente institucional favorável”, e reduzir sua intervenção até mesmo em questões relacionadas ao desenvolvimento e bem-estar social do país. Complementando sua percepção, a autora aponta ainda que:

desde que a onda de privatizações e a abertura de mercados ocorridas nas duas últimas décadas promoveram uma transferência maciça de ativos do setor público para o setor privado, as empresas e suas respectivas lideranças passaram a desempenhar um papel cada vez mais crucial – e questionável – na determinação dos rumos que deve tomar o desenvolvimento social, econômico e ambiental ao redor do mundo (KREITLON, 2008, p. 27).

Ocorre um processo que pode ser caracterizado como a “privatização da esfera pública”, em que esses novos atores acreditam ter mais capacidade para proporcionar a sociedade bens e serviços que antes estavam sobre a competência do setor público, desprezando o Estado de bem-estar social. O neoliberalismo passa então a ser uma ideologia que orienta não apenas o mercado, mas a sociedade como um todo, levando ao cenário atual em que “a iniciativa privada passou a ocupar-se de questões que, até alguns anos atrás, eram consideradas irrelevantes para os negócios ou de competência exclusiva do poder público”, com o objetivo de sustentar o poder político das empresas (KREITLON, 2008, p. 29; PEREIRA, 2013).

Desse modo, ocorre uma reconfiguração entre os papéis do Estado e das corporações na sociedade atual, rompendo as fronteiras entre esfera pública e privada. A primeira parte tem seu poder reduzido, enquanto a segunda alcança um nível tão significativo, que são capazes de influenciar e controlar, tanto o próprio Estado, como outras entidades que representam a sociedade. As empresas privadas assumem então, uma participação mais forte sobre os interesses sociais de indivíduos e instituições, atuando de forma direta ou indireta em questões que seriam de responsabilidade do poder público, assumindo uma função central na sociedade e no seu desenvolvimento (PEREIRA, 2013; SAUERBRONN; SAUERBRONN, 2011).

Nesse novo cenário, as empresas ganharam mais poder, tornando-se agentes capazes de influenciar a sociedade, principalmente em função de seus próprios interesses. Porém, essa reconfiguração de papéis traz consigo implicações negativas, tanto para o Estado, que tem seu poder reduzido, quanto para as empresas que ficam encarregadas de outras responsabilidades. Devido às novas obrigações e para legitimar-se socialmente, é que a adoção de discursos de Responsabilidade Social Empresarial - RSE e práticas sociais ganham espaço no ambiente empresarial.

4.3 Responsabilidade social empresarial e o papel político das corporações

Durante as últimas décadas, houve um grande aumento na preocupação sobre a responsabilidade social empresarial, e as corporações têm se envolvido cada vez mais em formas de comportamentos pró-social (VAN AAKEN; SPLITTER; SEIDL, 2013). No Brasil, o interesse pelo tema se deu nos anos 1990, devido à criação de organizações como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos) e o Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (Gife) (SAUERBRONN; SAUERBRONN, 2011).

Entre as principais causas da expansão das atividades de responsabilidade social empresarial podem ser encontradas a ruptura da divisão do trabalho entre empresas e governo, a ideia de que o Estado deixa de ser o único provedor do bem-estar social, devido à sua incapacidade, e a crescente pressão de atores da sociedade civil (SAUERBRONN; SAUERBRONN, 2011; SCHERER; PALAZZO, 2011). De acordo com Marens (2013), com a globalização e as políticas neoliberais, o Estado libertou as empresas para serem mais livres na vida institucional e na estrutura social, recaindo sobre elas a responsabilidade de preencher as lacunas deixadas pelo Estado, através de ações sociais (SAUERBRONN; SAUERBRONN, 2011). Nesse novo cenário, as empresas ganham mais poder para influenciar e remodelar a sociedade. Porém, para exercer tal papel é necessário ter legitimidade perante a sociedade. Moysés Filho, Rodrigues e Moretti (2011) assinalam que devido às novas pressões sociais, existe uma necessidade por parte das organizações de justificarem sua atuação social, uma tentativa de comprovar uma postura condizente com as demandas da sociedade, havendo na verdade uma adaptação da lógica capitalista ao contexto atual. Eles indicam ainda que a preocupação maior é com a imagem da organização, que deve demonstrar acima de tudo o compromisso com a sociedade (MOYSÉS FILHO; RODRIGUES; MORETTI, 2011). Dessa forma,

a expectativa de que as organizações evitem danos aos seus *stakeholders* e contribuam para o bem estar social, realizando ações que vão além das obrigações legais e da sua missão econômica, fez surgir o conceito de responsabilidade social no contexto empresarial (MELO; RÉGIS, 2013, p. 77).

Campos (2003) indica que existe o reconhecimento das organizações sobre a relevância da responsabilidade social e que estas buscam adequar-se às demandas sociais. No entanto, a autora também aponta que existe uma subordinação da responsabilidade social aos demais objetivos da

organização, principalmente os econômicos. Van Aaken, Splitter e Seidl (2013) assinalam que dentre as diversas abordagens teóricas sobre o tema, a maioria adota uma visão econômica e instrumental do conceito. Eles citam como exemplo a abordagem econômica, segundo a qual o comportamento pró-social é uma ferramenta para otimizar o lucro da corporação. Percebe-se que essas perspectivas pontuam as atividades de responsabilidade social como um meio de sustentar ou aumentar a riqueza econômica (VAN AAKEN; SPLITTER; SEIDL, 2013).

Complementando essa visão, Moysés Filho, Rodrigues e Moretti (2011) apontam que as organizações têm vários motivos para aderir à ideia da responsabilidade social. O primeiro motivo apontado é a questão estratégica, que percebe a RSE como uma oportunidade para os negócios; o segundo motivo seria a ética dos negócios em si, a qual compreende as organizações “como agentes morais e portadoras de uma ética empresarial”; e por último a visão sistêmica, que propõe que as organizações se envolvam com seus vários públicos de interesse (MOYSÉS FILHO; RODRIGUES; MORETTI, 2011, p. 207). Para Paula Soares (2004), o que leva as organizações a assumirem uma postura de obtenção de lucros com responsabilidade é a possibilidade de as partes interessadas (*stakeholders*) se mobilizarem e fazerem retaliações caso uma organização desobedeça às regras básicas na sua relação com a sociedade.

Portanto, no contexto atual, as organizações são forçadas a adotar ações voltadas para a responsabilidade social. Porém, Locke e Cheibub (2002) chamam a atenção para o fato de que é preciso distinguir o que é responsabilidade social e o que não é. Para os autores, o cumprimento de obrigações legais e ações ou programas relacionados a negociações trabalhistas não podem ser considerados como responsabilidade social. Assim, eles indicam que responsabilidade social refere-se a “um conjunto de

ações que vão além do que é requerido por lei, por obrigação ou por necessidade” (LOCKE; CHEIBUB, 2002, p. 2). Machado Filho (2006, p. 24) exprime o conceito como “decisões de negócios tomadas com base em valores éticos que incorporam as dimensões legais, o respeito pelas pessoas, comunidades e meio ambiente”, tomando como alicerce o modelo da pirâmide de Carroll (1979), em que o conceito de RSE se subdivide em quatro dimensões. Segundo esse modelo, a base da pirâmide refere-se à responsabilidade econômica, ligada ao princípio de a empresa ser produtiva e rentável. A responsabilidade legal relaciona-se ao cumprimento das obrigações legais existentes. Já a responsabilidade ética diz respeito ao comportamento adequado com as expectativas da sociedade. Por fim, a responsabilidade discricionária remete ao envolvimento efetivo das empresas na melhoria do ambiente social (MACHADO FILHO, 2006).

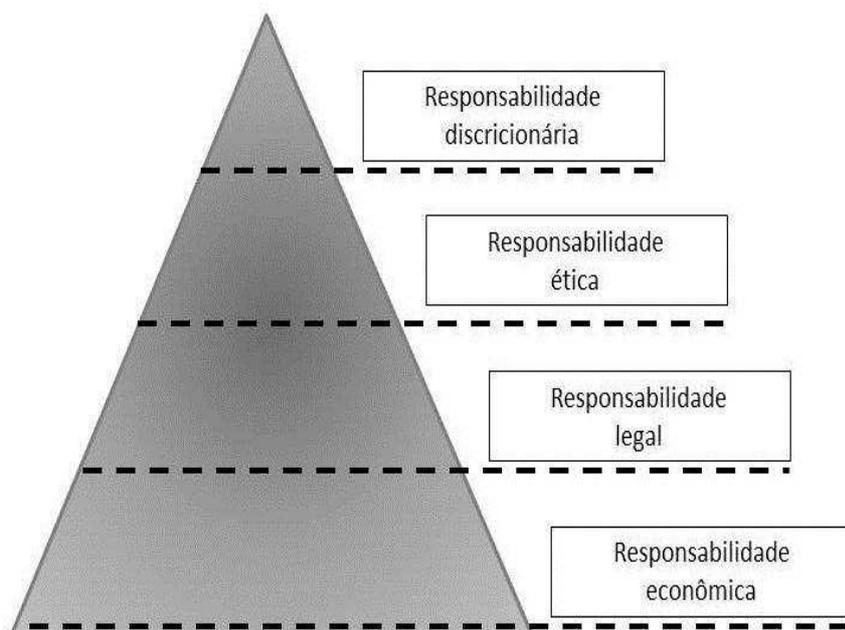


Figura 1 A pirâmide de Carroll

Fonte: Machado Filho (2006)

Para Moriceau e Guerillot (2012, p. 154), a responsabilidade social empresarial “refers to measures (e.g. donations) taken by companies, that go beyond their legal obligations and short term interests, and as a result of which, they claim they are making a contribution to sustainable development [...]”. Moysés Filho, Rodrigues e Moretti (2011) apontam um conceito mais completo sobre o termo, indicando aspectos que deveriam definir as ações responsáveis das organizações, mas que nem sempre são colocados em prática:

responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona, pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e, culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2014).

Apesar da pluralidade de definições, de maneira geral, todos envolvem aspectos como a ética e moral, acesso e transparência das relações e das informações, além da noção de respeito quanto aos direitos, valores e interesses de todos os envolvidos (MENEZES; DIAS; GOMES, 2010; SOUZA; AZEVEDO; NÓBREGA, 2012). O conceito de ética e moral está ligado à noção de ações que visam fazer o bem. No campo organizacional, refere-se à adoção de uma postura de “cumprimento da legislação e normas, cumprimento de contratos e compromissos, a concorrência leal e livre, o não uso negativo de *lobby* e subornos”. Em relação à transparência, refere-se “à clareza, completude e *timing* de comunicação, com seus públicos internos e externos” (BARDAGI; SCACCHETTI, 2014, p. 3), facilitando o acesso dos *stakeholders* a informações importantes que possibilitem a compreensão por parte desses atores sobre as políticas e ações da empresa (PINHO et al., 2012).

Contribuindo para os debates sobre o tema, Paula Soares (2004) traz suas considerações sobre os discursos da responsabilidade social empresarial. A autora

expõe que existem três tipos de discursos nas organizações sobre RSE, sendo eles: o discurso explicitado, o discurso pronunciado reservadamente e o discurso não dito. O discurso explicitado refere-se àquele em que a organização assume uma postura ética e “o mecanismo de apropriação dos excedentes econômicos não beneficia de maneira exclusiva acionistas e proprietários, mas se estende aos demais *stakeholders*”. Já o discurso pronunciado reservadamente está relacionado à adoção da responsabilidade social como forma de garantir a legitimidade e a boa imagem da organização, como uma estratégia de competitividade e sobrevivência. E por último, o discurso não dito compreende aquilo que é ocultado pelas organizações, mas que através de análises profundas revelam “um discurso cobertura que tem por objetivo transformar o interesse particular da organização em uma razão coletivamente aceita conferindo legitimidade ao que não é necessariamente legítimo” (PAULA SOARES, 2004, p. 8-9).

No entanto, a autora supracitada também aponta que há contradições nos discursos das organizações. Segundo ela, o discurso explicitado propõe “atitudes éticas com relação ao meio-ambiente, ao trabalhador e aos demais *stakeholders* da empresa”, porém, nem sempre o discurso que as organizações pregam representam suas práticas reais, havendo a predominância do interesse do capital sobre o social (PAULA SOARES, 2004, p. 10). Isso poderia ser justificado pelo fato de que a RSE é vista nas organizações mais como uma política do que como um objetivo, a qual depende da alocação de recursos para buscar seus resultados. Assim, as ações de RSE são medidas pelas organizações numa relação custo/benefício, e de acordo com o resultado apresentado é que as organizações irão estabelecer a manutenção ou não dessas ações (CAMPOS, 2003).

Na visão de Cederström e Marinetto (2013) a RSE tem se preocupado mais com aspectos práticos e principalmente com a empresa e seu desempenho, em detrimento ao contexto mais amplo e as questões

macrossociais, focando mais a concepção de soluções realistas para problemas concretos, através de modelos gerenciais padronizados e as melhores práticas para uma conduta tida como ética. Ademais, Scherer e Palazzo (2011) indicam que para as empresas, as responsabilidades sociais só devem ser assumidas se elas aumentarem o valor de longo prazo da empresa, e que conseqüentemente, muitas organizações em princípio não rejeitam um comportamento socialmente responsável, mas elas também avaliam a contribuição de criação de valor dessas atividades de RSE.

Desse modo, é preciso ressaltar que apesar da responsabilidade social empresarial ter se concretizado nas teorias da administração, várias objeções são feitas ao conceito, como o fato de as ações estarem muitas vezes limitadas aos relatórios anuais e ao exagero nas ações filantrópicas apenas com a intenção de melhorar a imagem e reputação da empresa, além de a RSE ser entendida no *mainstream* apenas como campanhas pontuais, incentivos e ações que as empresas praticam a seu critério, ao invés de ser uma filosofia que orienta suas ações regularmente. Além disso, existe o fato que geralmente as empresas não cumprem o que prometem e não são tão transparentes e responsáveis como alegam (CEDERSTRÖM; MARINETTO, 2013; MITRA, 2013).

Campbell (2007, p. 962) assinala ainda que,

corporations are more likely to act in socially responsible ways the more they encounter strong state regulation, collective industrial self-regulation, NGOs and other independent organizations that monitor them, and a normative institutional environment that encourages socially responsible behavior. Moreover, socially responsible corporate behavior is more likely to occur to the extent that firms belong to industrial or employee associations and engage in institutionalized dialogue with *stakeholders*.

Ademais, deve-se considerar que apesar das empresas adotarem práticas de responsabilidade social, isso não significa que elas estejam levando mais a sério o seu papel político e social. Esse posicionamento está atrelado em grande parte

aos requisitos legais e refletem uma mudança ideológica ligada a um novo espírito do capitalismo, em que uma das funções centrais da ideologia é justamente tornar invisível a contradição existente entre as atividades empresariais e a noção de bem social (CEDERSTRÖM; MARINETTO, 2013). Desse modo, os autores apontam que o papel da RSE vai além de uma propaganda utilizada pelas empresas para melhorar sua imagem, mas também que a RSE busca manter a legitimidade do capitalismo e das atividades empresariais.

Essa busca por legitimidade torna-se ainda mais forte devido à globalização, contexto em que as fronteiras se tornam mais frouxas e as empresas podem escolher onde querem atuar, de acordo com sistemas de regulação que sejam convenientes para suas ações. Assim, as organizações passam a operar em um ambiente complexo, em que as demandas sociais e legais são heterogêneas e em que as questões que antes eram cobertas pela governança dos Estados, agora ficam à discrição e responsabilidade dos gerentes corporativos. Além disso, é também devido à globalização, que o papel das corporações se modifica, e elas deixam de ser apenas agentes econômicos para se tornarem também agentes políticos, assumindo não apenas funções do Estado, mas também a responsabilidade por diversas questões sociais (SCHERER; PALLAZO, 2011; VAN AAKEN; SPLITTER; SEIDL, 2013).

Nessa perspectiva, Scherer e Pallazo (2011) apontam que nas últimas décadas, as empresas comerciais começaram a se envolver em atividades que têm sido tradicionalmente consideradas como atividades governamentais ou ligadas a organizações não governamentais ou filantrópicas. Isso demonstra um envolvimento crescente das corporações na regulamentação dos negócios e na produção mundial de bens públicos. Matten e Crane (2005) sugerem que as empresas começaram a assumir um papel como o Estado, cumprindo com funções que antes eram estritamente responsabilidade do Estado e suas agências, ou ainda fazendo a vez de

organizações da sociedade civil ou atuando em parceria com elas. Os autores complementam que isso geralmente ocorre em situações em que o Estado é incapaz ou falha em prover os direitos básicos, e assim, as empresas tornam-se atores políticos relevantes na sociedade.

Scherer e Pallazo (2011) argumentam que a literatura existente sobre RSE não é suficiente para abordar o novo papel político da empresa privada, pois a maioria dos estudos sobre RSE utiliza uma abordagem econômica ou instrumental. Nesse sentido, os autores propõem uma nova perspectiva para abordar a RSE, denominada RSE política.

In a nutshell, political CSR suggests an extended model of governance with business firms contributing to global regulation and providing public goods. It goes beyond the instrumental view on politics in order to develop a new understanding of global politics where private actors such as corporations and civil society organizations play an active role in the democratic regulation and control of market transactions (SCHERER; PALAZZO, 2011, p. 901).

Os autores também argumentam que essa abordagem se torna necessária, pois o declínio da capacidade de governança dos Estados tem sido parcialmente compensado pelo surgimento de novas formas de governança global acima e além do Estado, em que diversos tipos de organizações passam a preencher as lacunas e os problemas de bens públicos, e que devido às pressões as empresas começaram a contribuir voluntariamente para a autorregulação e para a produção de bens públicos não fornecidos pelos governos (SCHERER; PALAZZO, 2011).

Além disso, esse papel político amplia o escopo da atividade empresarial de forma significativa, em que já não se espera que as corporações se desdobrem apenas para atender aos mercados, mas também para cumprir as funções políticas, que podem incluir apoio aos sistemas de saúde, educação, a luta contra a corrupção, e até a preservação da paz (VAN AAKEN; SPLITTER; SEIDL, 2013). E é justamente por meio de tais ações que as

empresas obtêm licença para exercer também ações que causam danos para a sociedade, pois através dos discursos de RSE, as corporações se justificam eticamente, com a promessa de que, eventualmente, em algum ponto, suas ações irão levar a algo bom (CEDERSTRÖM; MARINETTO, 2013).

Desse modo, no sistema liberal atual, a empresa tem sido vista como uma força positiva na economia de mercado, como se não houvesse atrito entre as forças do capitalismo e a assistência social, sendo o lucro visto como uma forma de melhorar a vida das pessoas. Essa ideia tem se refletido na forma como a RSE é definida, indicando que nessa nova concepção, as empresas assumem as preocupações sociais de forma voluntária. Essa ideia de RSE tem permitido que as corporações assumam um falso posicionamento de crítica social, sem precisar questionar o modelo capitalista e que, na verdade, apenas tenta moldar as regulamentações de maneira que lhes permita assegurar seus interesses (CEDERSTRÖM; MARINETTO, 2013). Banerjee (2008) e Christensen, Morsing e Thyssen (2013) partindo de uma perspectiva crítica, indicam que a RSE se torna na sociedade contemporânea um movimento ideológico destinado a consolidar o poder das grandes corporações, pois através do seu papel político, estas têm uma grande capacidade de influenciar a vida social dentro e fora da empresa (VAN AAKEN; SPLITTER; SEIDL, 2013).

Segundo Costa e Carvalho (2005, p. 1), as motivações que levam as empresas a adotarem a RSE, “sejam elas instrumentais ou morais – refletem um processo social de legitimação organizacional e evidenciam a existência de categorias de poder implícitas nas relações entre os atores sociais”, em que o poder é o meio para “resolver conflitos de interesses”. Esse processo presume que o poder, ao ser reconhecido como legítimo, é capaz de garantir consenso, obediência e adesão, sem que seja preciso o uso de formas mais coercitivas e visíveis de poder. Ou seja, “o processo de legitimação evita o surgimento de oposições e de

confrontos nas organizações e em seu relacionamento com a sociedade”, e garante a manutenção das relações de poder (COSTA; CARVALHO, 2005, p. 4).

Portanto, infere-se que a adoção de práticas de responsabilidade social ocorre mais como uma estratégia que busca manter o poder e a legitimidade das corporações, através do seu papel político, ao invés de ser uma postura realmente ética. Assim, as práticas de RSE são empregadas estrategicamente para garantir os interesses das corporações em diferentes esferas (CEDERSTRÖM; MARINETTO, 2013). Desse modo, a RSE se apresenta como “uma tentativa de sistematizar e operacionalizar a gestão dos conflitos entre empresas e sociedade, tendo como ponto de partida um declarado compromisso com a ética e com os interesses de outros atores [...]” (KREITLON, 2008, p. 86), mas que, na realidade, tende a desconsiderar esse compromisso ético e renegar os reais interesses dos *stakeholders* em prol dos próprios objetivos da empresa.

4.4 Teoria dos *Stakeholders* e estratégias de SER

A teoria dos *stakeholders* teve seu marco de surgimento na década de 1980, com o livro *Strategic Management: A Stakeholder Approach*, de Edward Freeman, e originou-se a partir de quatro ciências, a sociologia, a economia, a política e a ética (MAINARDES et al., 2011). Segundo Mitchell, Agle e Wood (1997), a abordagem dos *stakeholders* tem servido como um meio para compreender a organização em seu ambiente, com a intenção de ampliar a visão dos papéis e responsabilidades da organização, além da geração de lucros, buscando incluir os interesses e reivindicações de outros grupos, e não apenas dos proprietários e acionistas. Mainardes et al. (2011) comentam que Freeman propôs essa teoria devido ao contexto organizacional que demonstrou que as organizações têm uma dependência de grupos externos com os quais se relacionam direta ou indiretamente.

Devido a essas relações de interdependência, a teoria dos *stakeholders* sugere que todas as partes interessadas sobre as ações de determinada organização devem ser levadas em conta na definição de tais ações. Ou seja, pode-se considerar os *stakeholders* como os atores que influenciam ou são influenciados pelas organizações (MAINARDES et al., 2011). Além disso, o aumento do poder das empresas (inclusive em relação ao Estado) também ajudou na consolidação dessa abordagem (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

O conceito de *stakeholders* proposto por Freeman “inclui qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar ou é afetado pelos objetivos organizacionais” (FREEMAN, 1984, p. 174 apud CAMPOS, 2003, p. 4). Outro conceito de *stakeholder* muito conhecido é o de Clarkson (1995, p. 106), que apresenta uma definição mais detalhada:

Stakeholders are persons or groups that have, or claim, ownership, rights, or interests in a corporation and its activities, past, present, or future. Such claimed rights or interests are the result of transactions with, or actions taken by, the corporation, and may be legal or moral, individual or collective. *Stakeholders* with similar interests, claims, or rights can be classified as belonging to the same group: employees, shareholders, customers, and so on.

Assim, a gestão dos *stakeholders* mostra-se como um meio para que as organizações possam reconhecer, analisar e examinar os atributos de cada indivíduo ou grupo que exerce influência ou é influenciado pelas ações organizacionais, a fim de identificar os *stakeholders*, desenvolver processos de acordo com suas necessidades e interesses, e constituir relacionamentos, para buscar atingir seus objetivos (MAINARDES et al., 2011). Van Aaken, Splitter e Seidl (2013) apontam que numa perspectiva econômica da RSE, a teoria dos *stakeholders* serve para definir e identificar *stakeholders* de acordo com sua relevância para o sucesso econômico da organização. Essa perspectiva revela que a legitimidade e o poder dos *stakeholders* são pilares fundamentais para a

abordagem de RSE (LYRA; GOMES; JACOVINE, 2009), e que tem influência direta sobre o tratamento adequado e ético (ou não) dos *stakeholders* nas práticas sociais das empresas.

Em uma linha de pensamento similar, a concepção de Mitchell, Agle e Wood (1997) assume como proposta identificar os *stakeholders* através de três características: poder de influência sobre a organização, legitimidade das relações e urgência das demandas dos *stakeholders* sobre a organização. Em uma das proposições feitas pelos autores, a importância dos *stakeholders* será positivamente relacionada com o número acumulado de atributos (poder, legitimidade e urgência) percebido pelos gestores, assim quanto mais atributos estiverem presentes para um *stakeholder*, mais relevância ele terá para a corporação. Segundo os autores, é através de tais variáveis que os gestores definem em quais *stakeholders* devem prestar mais atenção, de acordo com determinados objetivos. Assim, é possível inferir que as organizações tendem a valorizar aqueles *stakeholders* que possuam mais força e poder para interferir em suas ações, relegando ao segundo plano aqueles com menor influência.

Já para Donaldson e Preston (1995), a gestão dos *stakeholders* deveria ser feita com base nos princípios éticos, caracterizando uma dimensão normativa do conceito. Esses autores acreditam que as organizações devem ter como objetivo atender aos interesses não apenas dos acionistas, mas de todos os seus *stakeholders*, e que, não existiria um interesse mais importante ou legítimo que o outro, ou seja, todos os interesses deveriam ter valor essencial nas ações organizacionais.

Porém, percebe-se que os *stakeholders* têm sido abordados nas práticas gerenciais como meros recursos estratégicos, que servem como fonte de vantagens competitivas ou um meio para redução dos custos de transação, e que precisam ser gerenciados (CAMPOS, 2003). Desse modo,

presume-se que as organizações adotam esse conceito tentando evitar situações conflituosas que podem surgir quando não atendidas às demandas dos *stakeholders* e evitar que esses atores adotem posturas contra as organizações, impondo desde simples manifestações de insatisfação até sanções legais às empresas (CAMPOS, 2006).

Assim sendo, confirma-se que a busca por conhecer e se envolver com os *stakeholders* trata-se apenas de um meio para melhor compreender e gerenciar o comportamento de tais atores, em oposição a compreender de fato as consequências sociais e/ou responsabilidades inerentes ao comportamento das empresas. Ou seja, os modelos de *stakeholders* servem mais para limitar os interesses das partes interessadas e modelar o comportamento, e são especialmente inadequadas quando envolvem o tratamento de atores marginalizados ou vulneráveis (MAYES; PINI; MCDONALD, 2013). Assim, a gestão dos *stakeholders* assume por finalidade garantir a legitimidade das ações organizacionais e inibir a resistência, perdendo a sua finalidade ética de propiciar a participação e o envolvimento dos *stakeholders* nos processos decisórios, e excluindo os seus interesses das ações e estratégias organizacionais.

Nesse sentido, a noção de *stakeholders* deveria ir de encontro à abordagem da Responsabilidade Social Empresarial, uma vez que essa abordagem “tem como característica abranger várias dimensões do relacionamento ético que uma empresa deve ter com os diversos grupos de interesse da sociedade”, ou seja, com seus *stakeholders* (LYRA; GOMES; JACOVINE, 2009, p. 41), mas ambos os conceitos têm perdido seu foco ético e se concentrado numa visão mais instrumental.

Na visão instrumental dos conceitos, a teoria dos *stakeholders* tem servido como uma forma de traçar estratégias e orientar as ações sociais de muitas empresas, ou seja, “se a empresa espera alcançar certos resultados,

então deve adotar certos princípios e práticas” (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p. 35), determinando “estratégias mais eficazes de posicionamento e relacionamento, construindo imagens mais coerentes e consistentes e uma reputação mais forte” (LYRA; GOMES; JACOVINE, 2009, p. 42). É por meio da incorporação dessas estratégias voltadas para os *stakeholders*, que as empresas têm buscado provar para a sociedade que se comportam de maneira socialmente responsável (LYRA; GOMES; JACOVINE, 2009; COSTA; CARVALHO, 2005). Porém, esse comportamento se constitui como uma resposta às exigências da sociedade e “um meio de garantir sua sobrevivência no mercado atual”, além de estabelecer uma imagem positiva frente aos *stakeholders* internos e externos (HASTENREITER, 2012, p. 71), transformando o modelo de *stakeholders* em uma “gestão oportunista” (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p. 37).

Nesse sentido, “os *stakeholders* devem ser considerados enquanto fim em si mesmos e não como meio para se alcançar determinados fins” (CAMPOS, 2006, p. 116), exigindo “mudanças significativas na legislação” (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p. 37) e no comportamento das empresas, prezando pelo acesso, transparência e efetiva participação dos *stakeholders* na tomada de decisões, bem como buscando atenuar as relações de poder desiguais, que muitas vezes tornam os *stakeholders* e ações de RSE em meios estratégicos de solucionar situações conflituosas e a divergência de interesses entre os atores sociais.

5 METODOLOGIA

Essa pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo e teve como objetivo compreender, a partir da perspectiva dos atingidos da Comunidade do Funil, as ações desenvolvidas pelo consórcio UHE Funil junto a esses atores para a implantação do empreendimento. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2003, p. 12), a pretensão das pesquisas qualitativas não é generalizar os resultados obtidos, nem criar padrões para sua replicação. As pesquisas qualitativas “fundamentam-se em um processo indutivo (exploram e descrevem e logo geram perspectivas teóricas)”. Moresi (2003) completa que neste tipo de pesquisa se entende que mundo real e sujeito estão envolvidos numa relação dinâmica, e que por isso a perspectiva interpretativa é parte importante do processo de pesquisa. Além disso, o autor aponta que pesquisas dessa natureza “são apropriadas quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social [...] Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa” (MORESI, 2003, p. 71).

É preciso ressaltar que esta pesquisa encontra-se atrelada a um projeto mais amplo, intitulado “Desenvolvimento e políticas públicas para comunidades atingidas por barragens: o caso da Usina Hidrelétrica do Funil”, financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Esse projeto pretendeu investigar a realidade das três comunidades atingidas pela barragem, fazendo um levantamento, junto a diversos atores, de aspectos relacionados às ações do consórcio, ao desenvolvimento e aos problemas das comunidades após a implantação do empreendimento, com o intuito de fazer proposições de políticas públicas para as comunidades atingidas. Já a presente pesquisa abordou apenas a perspectiva dos atingidos da Comunidade do Funil

sobre a implantação do empreendimento, com foco nas ações do consórcio e as implicações desse processo.

Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. A revisão bibliográfica auxiliou na fundamentação teórica, propiciando bases para a construção dos pressupostos iniciais desta investigação. Nessa etapa foram realizadas pesquisas sobre os temas abordados no estudo, apontando conceitos e noções básicas, que permitiram situar o problema de pesquisa e uma visão geral do contexto em estudo, além de fundamentar o processo de análise dos dados coletados. A análise documental buscou reunir informações sobre o empreendimento em estudo, levantando as obrigações legais do consórcio, as etapas de implantação da usina e o discurso dos empreendedores, bem como auxiliar na compreensão da realidade dos atingidos e a construção histórica do processo de implantação da usina.

A pesquisa de campo se deu através de visitas à Comunidade do Funil, para a realização de entrevistas com os sujeitos da pesquisa, após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Lavras. Cabe destacar que a escolha por essa comunidade, entre as três atingidas, se deve ao fato de ter sido identificado, durante a pesquisa de campo, um maior número de ações (intervenções) implementadas pelo consórcio nesta comunidade em comparação com as demais, representando assim uma fonte de dados mais relevante para o foco desta pesquisa. Além disso, as três comunidades possuem características distintas e as especificidades de cada uma podem ter influenciado de forma diferente as negociações. Portanto, optou-se por realizar um estudo de caso sobre a Comunidade do Funil, buscando conhecer com mais profundidade tal realidade.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com questionário semiestruturado. Esse tipo de questionário contém questões

abertas padronizadas, mas possibilitam aos entrevistados darem suas respostas livremente, permitindo que os entrevistados possam manifestar seus pontos de vista, opiniões e argumentos (ALENCAR, 1999). As entrevistas buscaram identificar a visão dos atingidos sobre questões relacionadas aos objetivos deste trabalho, e foram gravadas com a anuência dos entrevistados, obtida por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em seguida, as entrevistas foram transcritas para posterior realização das análises.

Foram considerados como sujeitos da pesquisa os atingidos pela barragem do Funil, incluindo aqueles que são representantes de associações locais, residentes na Comunidade do Funil, considerando-se o conceito de Vainer (2008, p. 5), que classifica como atingido qualquer pessoa que passe por algum tipo de deslocamento físico ou econômico, ou que seja afetada pela “desestruturação de relações prevalecentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais)”, ou ainda proprietários ou comunidades a jusante da barragem, independente de terem sido inundados.

O critério de inclusão de entrevistados foi por conveniência e/ou acessibilidade – interesse e disponibilidade de participar da pesquisa. Também foi utilizado o método bola de neve, solicitando aos indivíduos já entrevistados que indicassem outros atores que poderiam participar da pesquisa (ALENCAR, 1999). Para delimitar o número de participantes na pesquisa, foi adotado o princípio de saturação, em que o número de entrevistados foi delimitado quando as informações se tornaram repetitivas e já não possibilitariam alcançar resultados diferentes nas entrevistas. Assim, o total de entrevistas realizadas foi 16, sendo 12 atingidos e 4 atingidos representantes de associação.

A técnica de análise utilizada no tratamento dos dados das entrevistas foi a Análise de Conteúdo. Essa técnica tem sido amplamente utilizada em pesquisas qualitativas na área de Administração, pois possibilitam a interpretação dos dados, inclusive de maneira crítica (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Corroborando, Silva, Gobbi e Simão (2005) comentam que a análise de conteúdo na perspectiva qualitativa possibilita interpretar os dados e uma compreensão por parte do pesquisador de atributos e estruturas presentes nas declarações. Desse modo, as autoras apontam que essa ferramenta é delineada como um grupo de metodologias de análise de comunicações, que emprega métodos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens, possibilitando inferir os conhecimentos concernentes às condições de produção/recepção das mensagens. Chizzotti (2006, p. 98) complementa que “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Assim, esse método pode auxiliar na “compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso” (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005, p. 74). Portanto, para fundamentar a argumentação e auxiliar na compreensão das análises, são apresentados trechos literais das entrevistas no decorrer da seção de resultados. Para garantir o anonimato dos entrevistados, não serão utilizados seus nomes, sendo estes identificados apenas por ordem numérica.

De acordo com Bardin (2010), para realizar a análise de conteúdo, deve-se seguir três fases: 1) a análise prévia do material, realizando sua organização e sistematização; 2) a análise exploratória, em que se realizam as codificações e classificações dos materiais; e por fim, 3) o tratamento dos resultados e interpretação, através de inferências e análise crítica e reflexiva.

Utilizou-se a técnica da análise de conteúdo designada por Bardin (2010) como análise temática ou categórica, em que a análise volta-se à questão

“para dizer o quê?”, com o objetivo de compreender “as características da mensagem propriamente dita, seu valor informacional, as palavras, argumentos e ideias nela expressos” (MORAES, 1999, p. 11). Portanto, foi realizada a categorização dos dados, agrupando-os segundo critérios de semelhança, definidos de acordo com a fundamentação teórica e com atributos relevantes identificados durante o processo de pesquisa, criando as categorias temáticas abordadas no estudo.

Na primeira etapa, de análise prévia do material, foram definidos dois grandes grupos para realizar a sistematização dos dados: 1) ações adotadas pelo consórcio e 2) implicações decorrentes do empreendimento para os atingidos e a comunidade. Esses grupos foram definidos em função dos objetivos específicos. Na segunda etapa, de análise exploratória, foram definidas as categorias de análise, que emergiram tanto da teoria quanto do conteúdo das entrevistas, formando assim uma grade mista de análise. As categorias de análise definidas foram: a) participação; b) acesso e transparência; e c) relações de poder. Na etapa final, os dados foram interpretados e analisados a partir de uma perspectiva crítica, utilizando como base as categorias definidas anteriormente e o suporte teórico da abordagem de Responsabilidade Social Empresarial e a Teoria dos *Stakeholders*, com o intuito de atender ao objetivo geral proposto nesta pesquisa.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção serão apresentados e discutidos os resultados alcançados através das análises das entrevistas realizadas com os atingidos e membros de entidades representativas da Comunidade do Funil. Os resultados são apresentados seguindo-se a ordem dos objetivos específicos do trabalho e discutidos com base nas categorias analíticas apresentadas na metodologia.

6.1 O Processo de implantação da Usina Hidrelétrica do Funil

Localizada no município de Lavras, a Ponte do Funil recebeu este nome por ter sido construída em um trecho de afunilamento do Rio Grande, dando nome também à comunidade que se formou no seu entorno. A ponte começou a ser construída em 1844 e foi finalizada em 1869, tendo como principal responsável o Comendador José Esteves de Andrade Botelho, constituindo-se como um meio para a “melhoria do comércio de Lavras e região, pois servia de acesso para os boiadeiros vindos das mais diversas partes do Estado, bem como das invernadas de Perdões” (TARDELLI, 2008). A ponte serviu como principal travessia pelo Rio Grande até os anos de 1959, quando foi construída a rodovia Fernão Dias, tendo grande importância econômica e logística para a região neste período. Ademais, a região tinha uma forte presença de manifestações culturais e tradições religiosas, bem como uma organização própria entre os membros da comunidade (COIMBRA, 2010; TARDELLI, 2008).

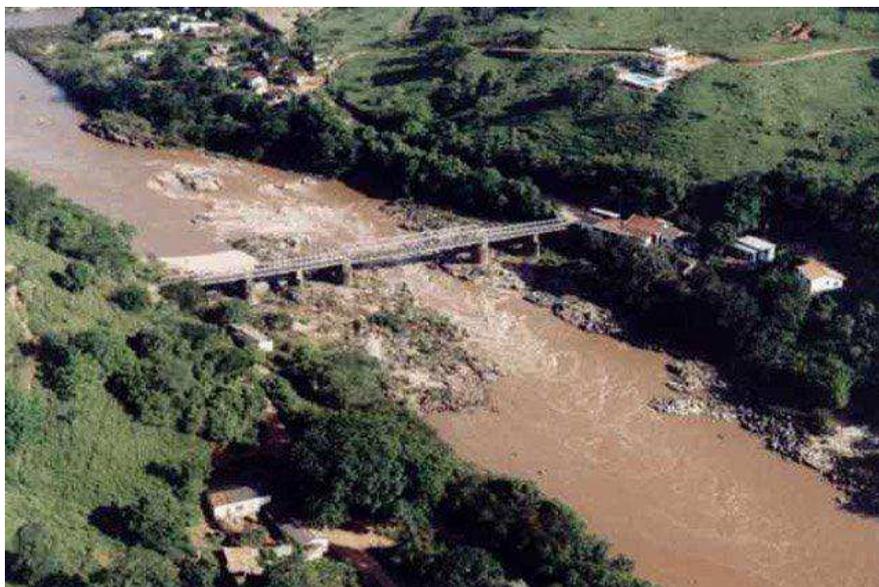


Figura 2 Antiga Ponte do Funil e propriedades no entorno

Fonte: PANORAMIO – GOOGLE MAPS (2014)

Nessa mesma região, foi construída a Usina Hidrelétrica do Funil, que está situada entre as cidades de Lavras e Perdões, no sul de Minas Gerais, extinguindo assim a Ponte do Funil. A construção da Usina do Funil teve início de forma inesperada para os moradores e proprietários da região, uma vez que estes já ouviam essa estória há muitos anos e ela nunca se concretizava.

No começo ninguém acreditava no projeto, pois era uma história da época do meu avô. Somente acreditaram quando as máquinas chegaram, começaram as obras e as indenizações (representante de associação 3).

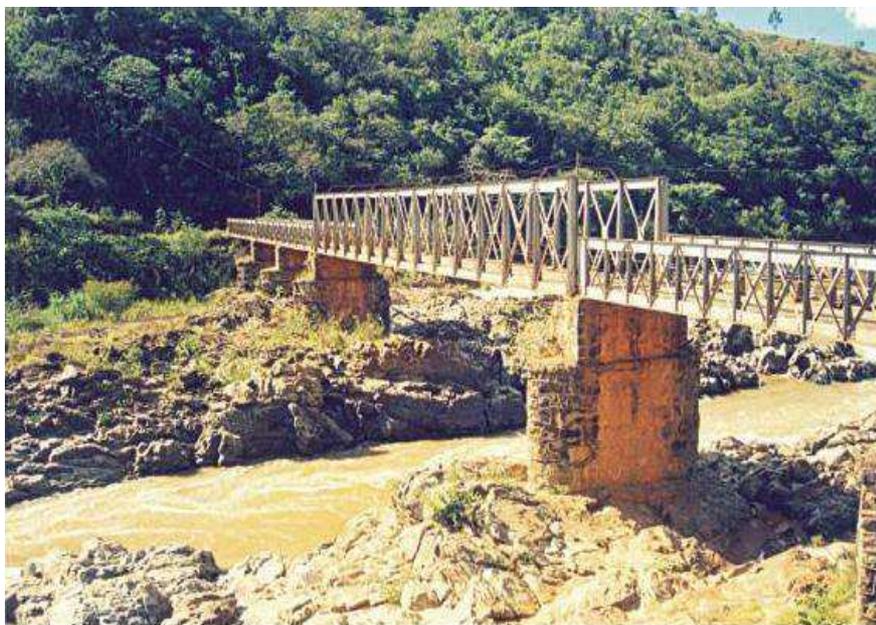


Figura 3 Antiga Ponte do Funil

Fonte: Coimbra (2010)

Desde 1964, a CEMIG detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Funil, conforme Decreto nº 54.705. Mas, somente na década de 1990, a CEMIG, detentora da concessão para exploração da Usina, iniciou os estudos de viabilidade e o projeto básico, sendo protocolada a solicitação do licenciamento ambiental na Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). A Licença Prévia (LP) foi concedida em dezembro de 1994, após a realização dos Estudos de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Em seguida, no ano de 1996 foi assinado o Protocolo de Intenções para constituir o consórcio para a implantação e operação da UHE Funil.



Figura 4 Construção da usina do Funil

Fonte: UHE Funil (2014)

Em 1997, foi assinado o Contrato de Constituição do Consórcio AHE Funil, tendo como consorciadas as empresas Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Companhia Ferroligas de Minas Gerais (Minasligas), Mineração Rio Novo e Samarco Mineração, porém esse consórcio não se consolidou e nem iniciou o processo de exploração da usina. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabeleceu em junho de 2000, à CEMIG, detentora da concessão e responsável pela apresentação do Contrato de Constituição do Consórcio Empreendedor, os prazos para o aproveitamento comercial do potencial hidrelétrico Funil.



Figura 5 Usina Hidrelétrica do Funil finalizada

Fonte: UHE FUNIL (2014)

Desse modo, novo consórcio empreendedor foi formado em junho de 2000, sendo composto pelas empresas Cemig (49%) e Vale (51%). A Licença de Instalação (LI) foi liberada em setembro de 2000, começando assim a instalação dos canteiros de obras e construção da barragem. A Licença de Operação (LO) foi concedida em novembro de 2002, quando se iniciou o enchimento do reservatório. O empreendimento iniciou suas operações em 2003, com um prazo recorde de construção de 33 meses. O valor investido na obra foi de R\$211 milhões, e capacidade para gerar energia suficiente para atender 500 mil pessoas. O reservatório possui 34,71km² de extensão e sua área de impacto abrangeu os municípios de Lavras, Perdões, Ijaci, Bom Sucesso, Ibituruna e Itumirim, afetando diretamente as comunidades da Ponte do Funil, de Pedra Negra e de Macaia, e encobrindo o marco simbólico e turístico da comunidade, a Ponte do Funil, que não pode ser retirada (COIMBRA, 2010; UHE FUNIL, 2014).

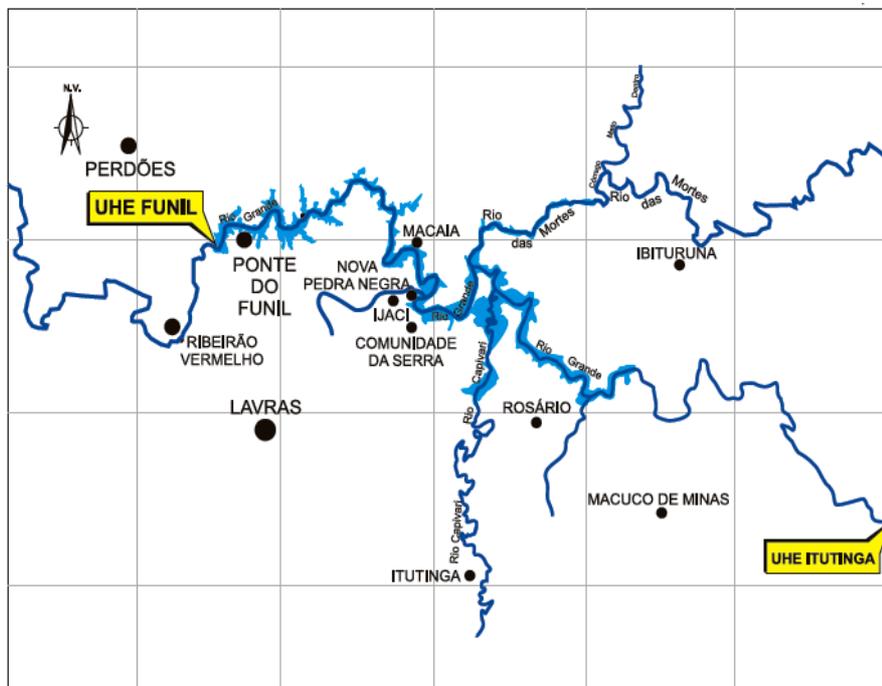


Figura 6 Bacia do rio Grande: áreas diretamente afetadas, de entorno e influência da UHE Funil

Fonte: Coimbra (2010)

A princípio, ainda na fase inicial de construção do empreendimento, as pessoas da região não sabiam o que fazer e nem mesmo se seriam atingidas. Somente no momento em que os representantes do consórcio começaram a visitar os moradores da região, é que eles perceberam que a estória contada há anos iria se tornar realidade. A partir disso, os relatos dos entrevistados expressam claramente o sentimento de medo e de dúvida vivido naquele período, trazido pela situação que teriam que enfrentar.

Bom eu era um comerciante da beira do rio entendeu, e exerci minha função no comércio lá durante dez anos, ai apareceu a barragem ai fiquei meio perdido não sabia o que fazia (atingido 6).

Assim que chegou a notícia alguns ficou assim, meio em dúvida, né? E depois foi desenrolando os processos, veio as assistentes sociais fazendo entrevista com a gente, né? E naquilo foi desenrolando, né? (atingido 10).

Teve todo um processo né, pessoas procurando a gente pra conversar, fazendo um cadastro, teve todo esse envolvimento (atingido 3).

E a negociação foi feita aos poucos foram chegando negociadores em nome do consórcio e foram desenvolvendo táticas de aproximação e assim foi feita a negociação (atingido 8).

Os representantes tinham a função de procurar os moradores e proprietários que seriam atingidos, buscando uma aproximação para que fosse possível realizar a negociação das terras e dos bens. Teoricamente, esse também seria o momento de explicar quais seriam as mudanças e os impactos decorrentes da construção da barragem, e de negociar outros danos além das questões territoriais e materiais. Porém, o foco manteve-se nas indenizações, com os representantes do consórcio trazendo avaliações prontas e propostas para os atingidos, baseadas em critérios e padrões de indenização estabelecidos pelo próprio consórcio. As propostas consideravam basicamente a indenização em dinheiro, sobre as terras alagadas, plantações e benfeitorias, como casas e outros tipos de construção. Destaca-se que, pelas falas dos atingidos, inicialmente não houve uma preocupação por parte do consórcio em abordar as medidas mitigatórias sobre os outros danos e nem mesmo a realocação dos atingidos que teriam suas terras totalmente alagadas.

Eles achavam que o compromisso que eles tinham era de indenizar as pessoas e cada um se virar. E aí isso a gente não concordava. Eu e mais uns 3 ou 4, não concordava com isso, a gente achava que a comunidade teria que ser realocada (atingido 7).

No entanto, a partir das demandas dos atingidos, é que se buscou chegar a um acordo sobre a construção de uma nova comunidade para realocar os atingidos. Após as negociações, um Termo de Acordo foi assinado entre as partes, prevendo a relocação da comunidade por parte do consórcio. Segundo as informações da UHE Funil, nos termos constavam as reivindicações dos moradores, expostas durante as reuniões realizadas no processo de negociação. Além disso, o consórcio também indica que houve participação de representantes da prefeitura e câmara municipal nas reuniões (UHE FUNIL, 2014).



Figura 7 Nova comunidade do Funil
Fonte: PANORAMIO – GOOGLE MAPS (2014)

Desse modo, a comunidade da Ponte do Funil, foi realocada em uma área próxima à antiga região da ponte, onde foram construídas casas para a realocação de 52 famílias, sendo 20 casas permutadas com atingidos e outras

32 para os casos sociais. Cabe esclarecer que os casos sociais incluem aquelas pessoas conhecidas como agregados ou posseiros, ou seja, pessoas que não possuem terras ou imóveis, mas residem nas áreas atingidas. Os agregados geralmente vivem nas propriedades devido ao seu trabalho ou pela permissão do dono da propriedade, já os posseiros são aqueles que moram ou constroem de forma ilegal e depois obtém a posse da terra ou propriedade. Também foram realizadas obras de infraestrutura, asfaltamento, implantação de energia elétrica e estação de tratamento de esgoto, fornecimento de água potável, além da construção de um campo de futebol, um centro cultural usado também como escola, um posto de saúde, duas praças e uma capela. O consórcio também construiu uma área de lazer, com sanitários, chuveiros, churrasqueiras e camping às margens do reservatório (UHE FUNIL, 2014). Algumas dessas ações, juntamente às parcerias com a prefeitura de Lavras, facilitaram o acesso a serviços básicos, o que foi apontado pelos atingidos como aspectos positivos da construção da usina. No entanto, ressalta-se que todas essas ações representam medidas mitigatórias obrigatórias, geralmente exigidas pelas regulamentações específicas desse tipo de empreendimento.

Outro aspecto importante, que é ressaltado pelo consórcio, é a reativação econômica das populações atingidas. Segundo a UHE Funil (2014), a construção de hidrelétricas sempre gera mudanças ambientais, econômicas, sociais e culturais, principalmente nas mediações da usina e do reservatório, afetando as comunidades próximas (UHE FUNIL, 2014). Devido a esses impactos, durante o processo de licenciamento são exigidas medidas e ações que busquem reestabelecer as condições de vida dos atingidos e diminuir de alguma forma os impactos sofridos, segundo a Resolução 237/97 e a Resolução 01/86 do CONAMA (CONAMA, 1997, 1986).

Os apontamentos do consórcio indicam que os trabalhos sazonais na colheita do café e serviços prestados nas propriedades rurais caracterizavam a principal fonte de renda das famílias, e, a agropecuária, a pesca, as produções caseiras (queijos, doces e quitandas), o comércio e turismo os principais meios de subsistência dos moradores da região. Porém, com a construção da barragem, muitas áreas produtivas foram inundadas, a pesca e o comércio diminuíram, ocasionando a perda de postos de trabalho e um impacto econômico na comunidade realocada (COIMBRA, 2010; UHE FUNIL, 2014). Para tentar minimizar o impacto gerado, o consórcio propôs o Programa de Reativação Econômica, que de acordo com informações do *site* do empreendimento, tinha como objetivo criar alternativas para geração de uma renda extra para as famílias atingidas, através do apoio técnico, estrutural e financeiro (UHE FUNIL, 2014). Para tanto, foram formadas três associações: Cooperativa de Pesca da Ponte do Funil (COOPERFUNIL), Associação dos Artesãos da Ponte do Funil (ARTEFUNIL) e Associação dos Agropecuaristas da Ponte do Funil (AGROFUNIL).

Segundo a visão do consórcio, os programas representam um meio para o desenvolvimento social sustentável, através da participação, da organização e do fortalecimento das pessoas, sendo que o consórcio expõe que o seu desafio é fazer com “que as comunidades organizadas ganhem força para realizar seu trabalho, promovendo e comercializando seus produtos, garantindo a comunidade geração de renda e dignidade” (UHE FUNIL, 2012). No entanto, a visão que os atingidos apresentam sobre esses programas é divergente do discurso adotado pelo consórcio, como demonstra a fala de um dos representantes de associação quando questionado sobre tais programas:

Então nós ficamos na expectativa, nós imaginou que nós ia ganhar mundos e fundos com que a gente plantasse, nós achou que ia caminhar com as próprias pernas, mas não foi nada disso (representante de associação, 4).

A Cooperativa de Pesca da Ponte do Funil foi criada como intuito de reestruturar a atividade de pesca na região, pois tratava-se de um ponto de grande volume de pescado e principal fonte de renda de algumas famílias. A COOPERFUNIL era formada por 20 pescadores registrados e treinados para as atividades pesqueiras, contando com um Centro de Beneficiamento de Pescado, equipamentos necessários e um ponto de apoio para os pescadores. A Associação dos Artesãos da Ponte do Funil iniciou suas atividades em 2003 com a participação de 12 associados e foi criada para a produção de artesanato através da utilização de palha de milho, bambu e resíduos de bananeira. A ARTEFUNIL conta com galpão e loja própria na comunidade, espaço destinado à produção e comercialização dos produtos. Os membros da associação eram trabalhadores temporários nas lavouras da região. A Associação dos Agropecuaristas da Ponte do Funil era composta por treze membros, e conta com uma área arrendada de 11,5ha, próxima à comunidade, onde é realizado o cultivo de maracujá, pelo programa Frutilavras (UHE FUNIL, 2014).

As três associações citadas contam com repasse de recursos do consórcio para a manutenção de suas atividades até os dias atuais, além da doação de cestas básicas para todos os associados, sendo para alguns a única fonte de sustento. Também é preciso destacar que esses programas representam o atendimento de demandas legais para o empreendimento, ou seja, são medidas mitigadoras e não medidas discricionárias de responsabilidade social.

Com relação aos aspectos ambientais, o consórcio também buscou implementar ações para diminuir os impactos. Foi realizada a remoção de animais selvagens das áreas que seriam alagadas e adotadas medidas para preservar a flora. Também foi instalado o Sistema de Transposição para Peixes (STP) do tipo elevador de peixes, para possibilitar o processo de migração dos peixes para

reprodução. Além disso, em 2007 foi inaugurado o Centro de Educação Ambiental do Funil – CEA Funil, como cumprimento de ações definidas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento (UHE FUNIL, 2014).

Mas, apesar das medidas mitigatórias adotadas pelo consórcio, como a realocação dos atingidos, as obras de infraestrutura na comunidade e os programas de reativação econômica, o processo de implantação da usina gerou diversos impactos sobre a população atingida, ocasionando uma profunda transformação em seus meios e modos de vida. Constatou-se, além da extinção de postos de trabalho, mudanças na rotina, no estilo de vida e nas relações sociais entre os atingidos, um sentimento de perda de raízes e aspectos culturais, religiosos e simbólicos, e também a evasão de moradores locais e a chegada de pessoas “estranhas” vindas de fora da região, aspectos que serão analisados com mais profundidade nos próximos tópicos. Pode-se caracterizar esse processo como uma mudança radical e irreversível para os atingidos, com perdas que as medidas mitigatórias foram incapazes de minimizar, pois se ativeram a atender aos critérios legais e deixaram de atender às demandas que haviam sido prometidas.

Ó, eu não vi ninguém satisfeito. Primeiro que te falei questão de momento, hoje todo mundo percebe que não foi bom pra ninguém, naquele momento assim, o cara não tinha dinheiro, o cara vivia numa casinha, alguém oferece 20 mil, aí o cara pegou o dinheiro e pôs na poupança, passou 5 anos eles não conseguiu comprar mais um pedaço de terra pra construir. Teve muita gente que foi embora, mudou pra outra cidade, Ijaci, teve gente que mudou pra Perdões (atingido 7).

Nós estamos precisando aqui de uma quadra poliesportiva, foi prometida, mas não cumpriu, porque nessa quadra poderíamos fazer festas e eventos. Inclusive consta no mapa aqui, na planta uma creche e não tem (atingido 2).

6.2 Ações e negociações do consórcio

Neste tópico buscou-se caracterizar através das falas dos entrevistados as principais ações e negociações desenvolvidas pelo Consórcio UHE Funil para implantar a barragem. A partir da leitura e sistematização das entrevistas, optou-se por dividir em três grupos as ações identificadas, de acordo com suas temáticas: 1) Indenizações e realocação dos atingidos; 2) Programas de reativação econômica; 3) Acesso a serviços sociais básicos.

6.2.1 Indenizações e realocação dos atingidos

A primeira ação do Consórcio identificada nas entrevistas refere-se à indenização e realocação daquelas pessoas que seriam atingidas pelo empreendimento. Devido às necessidades legais, o Consórcio deve ressarcir de algum modo, qualquer pessoa que possua áreas ou imóveis a serem alagados e também aqueles que tenham seus meios e modos de vida afetados pelas mudanças decorrentes da implantação da barragem. A principal forma de ressarcimento adotada pelo Consórcio foi a indenização e realocação dos atingidos, ressaltando que inicialmente foram considerados apenas os proprietários legais. Somente após reivindicações dos moradores da região, foram incluídos os demais atingidos, classificados como casos sociais.

Nesse grupo de ações, as análises das entrevistas dos atingidos revelaram que esse grupo considerou que as indenizações foram desiguais e injustas em muitos casos. De acordo com as entrevistas, as opções para negociar as casas e terras eram indenização em dinheiro ou fazer uma troca por lotes e/ou casas na nova comunidade, mais indenização em dinheiro caso o valor do novo lote e/ou casa fosse inferior ao que eles possuíam. Verificou-se que nas negociações houve a permuta de 20 casas para os atingidos que

tiveram suas propriedades totalmente alagadas e 32 casas construídas para os casos sociais, mas não foi possível ter acesso ao número exato de atingidos que receberam apenas lotes ou indenizações em dinheiro. Essas condições foram definidas durante o processo de negociação individual, em que cada atingido poderia escolher a forma de indenização entre as opções supracitadas, propostas pelo consórcio.

A maioria dos atingidos relatou que as casas que foram construídas eram muito ruins, pequenas e com estrutura deficiente. Os valores pagos como indenização também foram considerados baixos em diversos casos. Dois atingidos chegaram a fazer avaliações particulares e dizem que houve uma diferença relevante entre o valor avaliado e o valor pago pelo consórcio empreendedor. Além disso, vários entrevistados relataram falta de clareza dos critérios estabelecidos para realizar as indenizações, demonstrando sua insatisfação por não saber quais foram os critérios utilizados para definir os valores que cada um deveria receber. Esse fato evidencia que não houve transparência quanto ao estabelecimento dos critérios utilizados na negociação e que os atingidos não tiveram acesso a essa informação tão relevante para que houvesse um processo indenizatório justo, impedindo uma efetiva participação da comunidade na definição de aspectos que impactariam as suas próprias condições de vida.

Entre a avaliação particular e a avaliação deles, deu uma diferença enorme. [...] então a gente não sabe muito bem o critério que foi usado [...] É muito vago, as coisas são muito vagas... (atingido 5).

A questão da terra foi uma meramente indenizatória e exploratória vamos dizer assim, do grande com o pequeno, a questão da terra foi colocada assim, foi uma negociação desigual [...] o movimento mitigatório com o pessoal mais humilde não foi adequado... (atingido 8).

Ah, nesse caso foi totalmente injusto, porque eu ganhei uma casa e na verdade foi uma casa sem alicerce, que todas lá são assim... (atingido 9).

A fala do atingido 8 revela ainda a presença de relações de poder desiguais, demonstrando que o consórcio possuía uma grande força em relação aos atingidos, usando-a para tentar desarticular a comunidade e impor medo aos atingidos. Inclusive o acesso do consórcio a certos recursos (profissionais especializados, informações, capital, etc.) e a falta de acesso para os atingidos, reforça a noção de uma relação desigual, em que os atingidos ocupam uma posição de vulnerabilidade (SILVA, 2007; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007; VAINER, 2007). É necessário destacar também que, além dessas diferenças perante o consórcio, muitos dos atingidos já se encontravam vulneráveis antes mesmo da implantação do empreendimento, pois a maioria era de posseiros ou agregados (acreditavam que não tinham direitos em relação às terras e casas que ocupavam), e não tinham acesso a um conjunto de recursos nem o suporte do poder público. Questiona-se assim o papel do poder público nesses casos, em que o Estado tem tido pouca participação no tratamento dos direitos dos atingidos, além de uma escassez de leis que regulamentem as questões sociais, deixando esses atores desamparados (SILVA; MORET, 2012), como é evidenciado pelas falas dos atingidos:

[...] houve tudo isso, a falta de uma abordagem mais adequada, uma assistência de alguém que entendesse. Então tudo foi feita pela parte que interessava tanto pela Cemig quanto pela Vale. Nós não tivemos nem habilidade para nos organizarmos. Orientação, que nos ajudasse a negociar melhor ou que a gente, que fizesse a gente ter uma noção melhor que que tava acontecendo com a gente, quais seriam nossos direitos, isso em momento algum a gente teve, até pelo contrário, a gente se sentiu solto no mundo... (atingido 8).

[...] eles tem tudo, e a gente não tem ninguém. Eles tem advogado, e a gente não tem ninguém (atingido 7).

Faltou, faltou (*acompanhamento*), eu não sei a quem caberia isso né, no caso, de onde viria isso, porque lógico que do Consórcio não seria né, porque não é a parte

interessada, a população pra ter um advogado não tinha condições de bancar (atingido 5).

Além da posição de vulneráveis e das diferenças de poder já existentes, alguns relatos evidenciam também a adoção de estratégias que buscaram diminuir ainda mais a força e a resistência dos atingidos, buscando manter as relações de poder entre esses grupos.

A psicologia deles é fora do sério. Então quando senta pra negociar, se você não for esperto, você faz uma pergunta pra eles, eles te retruca e pergunta pra que você quer isso, se você não souber responder, você já foi pro espaço, entendeu? Então não tem como você negociar com eles. Então ai fizeram isso, tiraram as lideranças, tiraram as forças das lideranças e o resto manobraram do jeito que quer. [...] Só que você puxa e ai chega uma certa altura parece que você ganha uma determinada força e o consórcio vai e te tira essa força. Ai vai e chega uma hora que você desanima (atingido 7).

Eles tinham a estratégia e eu não tinha estratégia nenhuma, eu nunca vou ter a experiência de uma pessoa que já negociou 5 ou 10, o P. já negociou com 50 O., eu vi o P. uma vez na vida, não tem maneira de eu ganhar dele. Fizeram cabelo barba e bigode. Me induziram pra lá e pra cá, eu tentei usar o bom senso, conversava com os amigos que tinha ali, então foi assim! (atingido 8).

Por meio das entrevistas, é possível perceber que inicialmente a participação dos atingidos nos processos decisórios foi pequena, pois o grupo não estava organizado, nem tinha acesso a informações ou conhecimento para lidar com aquela situação ou influenciar as decisões do consórcio. Apenas após a criação da associação de moradores é que os atingidos conseguiram obter uma participação maior nas decisões, exigindo do consórcio a realização de reuniões e audiências públicas. No entanto, é preciso deixar claro que as reuniões e audiências públicas são direitos dos atingidos, garantidos por lei nesses casos, segundo a Resolução CONAMA 09/87 (CONAMA, 1987). Chama a atenção ainda o fato de que alguns atingidos não tiveram

conhecimento sobre as reuniões e audiências, demonstrando que o consórcio não ajudou na divulgação dessas informações, dificultando o acesso e a transparência, o que é percebido nas entrevistas por falas contraditórias sobre tais reuniões e audiências. Isso confirma os apontamentos feitos por vários autores (BERMANN, 2007; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007; VAINER, 2007) de que há um descaso por partes dos empreendedores em relação à efetiva participação dos atingidos nas audiências públicas e nos processos decisórios, além de manobras que buscam enfraquecer a ação coletiva das populações nesses espaços de discussão.

Não, nunca teve reunião. [...] Eram pessoas humildes que não sabiam o que estavam fazendo, se a gente não faz essa associação, nós não teríamos nada. Nós saímos daqui e batalhamos, fomos a Belo Horizonte, fomos na FEAM (atingido 2).

É o que te falei, no início são tudo maravilhas, entendeu? Vem, traz maquete, traz planta, traz projeto, traz tudo e de repente vai endurecendo a negociação conforme vai surgindo interesse. Em alguns momentos nós da comunidade tivemos que pedir audiência pública, entendeu? [...] Peguei, tive a audiência, não convocou a comunidade, eu fiquei sabendo porque tinha um cara que era conselheiro do copam, amigo nosso, gostava demais da comunidade, então ele me dava as dicas (atingido 7).

Não, pelo que eu me lembro teve audiências públicas depois, eu até fui em uma lá em Bom Sucesso, foi até promotor e deputado do meio ambiente de Belo Horizonte, eu falei verdade, falei tudo, teve audiência depois, antes eu não teve não. Eu fiquei sabendo dessa audiência porque eu liguei pro organizador, pra um vereador e ele falou você poder vir (atingido 9).

Outro problema presente nas indenizações e realocação foi a dificuldade para definir quem poderia fazer parte do grupo de casos sociais. Segundo o conceito de atingido definido por Vainer (2008), e também pela legislação, qualquer pessoa que tenha suas relações sociais ou econômicas desestruturadas, ou que seja afetado por alguma perda de valores e/ou

aspectos imateriais, deve ser considerada como atingido. Portanto, esses atores também se caracterizam como atingidos e *stakeholders* envolvidos na implantação da usina, tendo direito a receber as devidas indenizações. No entanto, a legislação ainda não pontua exatamente quais critérios devem ser levados em conta na definição desse grupo nem de seus direitos, ficando essas medidas a cargo do empreendimento nesse caso específico, da associação que buscou conseguir esse tipo de indenização. Mesmo assim, alguns entrevistados desse grupo relataram que enfrentaram dificuldades para conseguir o “benefício”, e os que foram beneficiados, no geral, receberam casas de baixa qualidade e muito pequenas, demonstrando uma falta de preocupação do consórcio em atender às demandas de atores mais vulneráveis, como esse grupo. No entanto, pode-se afirmar que devido ao desconhecimento de direitos e a fragilidade do grupo, alguns consideram que “ganharam” a casa, como se fosse um presente do consórcio, sem ter a noção de que tinham o direito de receber uma nova moradia. Percebe-se uma abordagem instrumental dos *stakeholders*, em que as partes interessadas são identificadas e tem seu grau de importância medido devido ao seu poder de influência sobre a empresa, onde aqueles que têm menos poder tem seus benefícios reduzidos ao máximo (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

Em parte dos casos sociais, as casas que eles fizeram lá não foi grande coisa não. [...] Fizeram um quadrado e colocaram eles pra dentro. Ai seu cocho e pronto. (representante de associação 1).

Que tinha gente lá que tinha quatro pessoas na família e ganhou uma casa pequena (atingido 10).

Mas pra mim que não tinha a minha casa, eu achei muito bom porque eu ganhei a minha casa, eu morava na casa que era dos outros (representante de associação 4).

Apesar da criação da associação, foi possível inferir através dos relatos dos atingidos, que nas propostas de indenização não foram levados

em conta aspectos simbólicos, nem os danos morais e psicológicos decorrentes das mudanças causadas pelo empreendimento. A maioria dos atingidos disse que passou por transtornos emocionais, alguns identificaram que as pessoas mais velhas sofreram inclusive com doenças, além do sentimento de perda das raízes e da própria identidade. Esses fatos também são apresentados pela literatura, que aponta que a construção de usinas gera transformações profundas para as comunidades atingidas, alterando os modos de vida e a cultura local, e que na maioria das vezes as indenizações são inadequadas e excluem os danos sociais, morais e emocionais das compensações (NOBREGA, 2011; PIACENTI et al., 2003). Outro aspecto relevante que surgiu nas análises refere-se ao fato de que não houve uma preocupação efetiva por parte do empreendimento de restituir os meios e modos de vida dos atingidos, pontos que serão melhor debatidos no tópico 6.3, sobre as implicações do empreendimento.

Olha teve gente que falou que nem o dinheiro que eles receberam paga os danos morais deles, de terem nascido lá [...] (atingido 9).

Ainda sobre as indenizações, os atingidos que eram proprietários de comércios na região também assinalaram a dificuldade para receber indenização sobre os lucros cessantes, e acreditam que os cálculos não foram justos nem foram suficientes para reestabelecer suas atividades comerciais.

Tinha a questão do lucro cessante pros comerciantes, por exemplo, minha mãe era comerciante. Eles simplesmente chegaram e falaram seu comercio vale 50 mil reais, toma e tchau. [...] eu vou levar três, quatro anos para poder acertar lá em cima, eu preciso de um lucro cessante nesse período. Então a gente conseguiu arrancar isso no grito (atingido 7).

Eles fizeram uma avaliação de um ano e meio do que ele ganharia pra frente, mais um valor irrisório que ele tava ganhando por dia, eles fizeram a avaliação deles (atingido 5).

É interessante notar que esse grupo de atores reivindicou os direitos sobre suas atividades econômicas, optando por resistir às propostas iniciais feitas pelo consórcio e exercendo pressão para receber as indenizações pelos lucros cessantes. A fala do atingido 5 expressa bem essa situação, em que ao dizer “a gente conseguiu arrancar isso no grito”, significa lutar para conseguir seus direitos, criando uma diferenciação deste grupo em relação aos demais atingidos no processo de negociação. O fato de ter havido resistência e briga pelos direitos por parte desses atores está relacionado ao maior acesso às informações e à participação nas audiências e reuniões, a ajuda profissional de advogados, e até mesmo uma posição superior em relação aos demais atingidos nas relações de poder, elementos que permitiram melhores condições de negociação para esse grupo de atingidos.

[...] eu acompanhei muitas reuniões, lá na FEAM em Belo Horizonte, eu acompanhei muito, então nós reivindicamos pelo menos três anos para as pessoas do comércio, porque a mudança era muito radical, agente nem sabia o quê que ia ficar aqui, o quê que ia acontecer (atingido 5).

Outro aspecto relevante apontado pelos atingidos é a pressão exercida pelo consórcio empreendedor para que estes aceitassem as negociações e deixassem as suas casas rapidamente, se aproveitando do discurso em relação ao tempo limitado para construir o empreendimento e representando uma postura violenta por parte do consórcio. Percebe-se através das falas dos atingidos que houve pressão para que eles aceitassem as negociações, forçando-os a sair de suas propriedades rapidamente, além de uma pressão psicológica pautada no medo dos atingidos em perder tudo que tinham e na sua vulnerabilidade perante o poder do consórcio. A pressão exercida nesse caso gerou dois comportamentos diferentes entre os atingidos: a grande maioria foi levada à adesão pautada no medo, e um pequeno grupo que não se intimidou e buscou lutar por melhores propostas.

E outra coisa, quase que eu fui escorraçado de lá, porque a gente teve que construir depressa aqui, e mudamos pra cá sem ter uma porta assentada. E eles obrigaram já com máquina derrubando tudo (atingido 5).

Não, problema social praticamente não, que o pessoal aqui é muito olheiro né, o pessoal concordou com tudo né. Que eles tinham medo também né, falavam que se não saísse ia ficar de baixo de água, que vinha um trator de derrubava, só sai o corpo. Isso não houve, quem veio , veio por livre espontânea vontade, entendeu, mas obrigado né. Com livre e espontânea vontade, mas obrigado se não levava água (atingido 2).

Teve alguns que reclamaram e acabaram recebendo e de certa forma acaba sendo demorado e é aquela coisa briga judicial com um empreendedor deste tamanho é a mesma coisa que se você pegar um cachorrinho pequinês e colocar do lado de um fila, o pequinês sempre vai ter que ta correndo dele porque se for enfrentar vai tar lascado. É complicado porque hoje a lei defende os pequenos mas tem mil e uma brechas... (atingido 4).

[...] eu acho que eu fui o penúltimo ou antepenúltimo a negociar né, porque no início eles queriam pagar uma coisa pra gente que não tinha condição viu, aí depois melhorou um pouquinho, como não tinha jeito também ou vai ou racha então tem que pegar viu, foi assim que aconteceu... (atingido 6).

E a coisa foi apertando, foi diminuindo o prazo pra eles, chegou uma hora que abriram as pernas, entendeu? Ai tudo que a gente queria, conseguiu (atingido 7).

É interessante notar que há uma demonstração de que alguns atingidos resistiram às negociações iniciais e fecharam acordos com o consórcio apenas no final. Porém, mesmo entre aqueles que resistiram, houve situações distintas. Alguns indicaram que conseguiram o que reivindicavam, como o atingido 7, já outros relatam que conseguiram melhorias nas propostas, mas que também se viram obrigados a aderir, como demonstra parte da fala do atingido 6: “como não tinha jeito também ou vai ou racha, então tem que pegar”. Essa situação demonstra que os casos de resistência e conflito foram

poucos, além de os atingidos também não terem feito muitas exigências e reivindicações. A ausência de uma força coletiva também impactou nesse sentido, uma vez que nem todos os atingidos participaram da associação e também pelo fato de haver interesses pessoais e divergentes entre os associados. Esses fatores, atrelados às incertezas do momento e a fragilidade da população, causaram uma desarticulação dos atingidos e das associações, impossibilitando o fortalecimento de um movimento de luta e resistência, que poderia possibilitar que mais demandas fossem atendidas (NOGUEIRA, 2007). Desse modo, nem todas as necessidades do grupo foram atendidas, como demonstram as falas a seguir:

Houve algumas associações que formaram quando eles começaram a negociar, mas a gente não participou não, [...] a maioria negociou por si só mesmo. [...] foi mais as negociações individuais (atingido 1).

Nós fundamos a associação dos atingidos e dessa associação nós pleiteamos do consórcio um apoio aos atingidos e justamente conseguimos nosso objetivo que foi ter as mesmas condições de lá de baixo, apesar de deixar muita coisa a desejar né (atingido 2).

Na época foram tantas promessas, tanto debate e quando chega no finalmente aquilo fico tudo diminuído (atingido 4).

Além disso, com base nas entrevistas, é possível inferir que o fato de haver pouca resistência pode estar relacionado a algumas ações adotadas pelo consórcio na época da implantação, como negociar primeiramente com grandes proprietários dispostos a aceitar a negociação e deixar os atingidos mais vulneráveis para o fim das negociações, e buscar a negociação com a maioria dos atingidos para garantir a realização do empreendimento, como expõe o atingido 1.

Com 50% (*dos atingidos*) mais um lá, e depois eles viram que já tava garantido dar início nas obras, então... mas não houve muita resistência não, poucas pessoas às vezes não concordou com o preço né (atingido 1).

[...] a nossa comunidade, tudo que a usina falou eles entrou em acordo, sem briga, sem nada. Então as outras comunidades já teve esses conflitos, brigas pra melhorias, pra ter coisas melhores (representante de associação 1).

Eu trabalhei com casas que tinham mais valores, igual a casa do prefeito ali na ilha. Quer dizer, esse pessoal abriu o caminho. E nós das comunidades eles foram deixando pro final (atingido 7).

Igual lá, eles chegaram e falaram que indenizou... eu não sei o valor, eles indenizavam por tanto. Você tinha que aceitar né, ia fazer o que (atingido 12).

E eles foram negociando as partes mais fáceis, que eles achavam entre aspas mais fáceis, e foi deixando os outros pra trás. [...] Papai foi o último, aí ficou sem força pra brigar [...] não adianta lutar contra o governo (atingido 5).

De forma geral, a literatura sobre *stakeholders* e RSE pode ajudar a compreender a situação apresentada sobre as indenizações e a realocação dos atingidos. Os resultados e trechos apresentados são condizentes com a visão de Mitchell, Agle e Wood (1997) sobre a questão de poder de influência dos *stakeholders*, bem como a ideia apresentada por Van Aaken, Splitter e Seidl (2013) sobre o grau de relevância dos *stakeholders* para o sucesso econômico da empresa, indicando que os atores que podem influenciar de forma mais efetiva as ações empresariais e os seus resultados, geralmente são os que têm mais chances de ter suas reivindicações atendidas. Já no caso contrário, quanto mais vulnerável for o atingido, mais sujeito à pressão e prejuízos ele estará, ficando suas necessidades à mercê dos interesses do empreendimento. Nesse sentido, aponta-se também a questão das relações de poder, fortemente atreladas a essa posição de vulnerabilidade dos atingidos. Além do próprio medo dos atingidos diante uma situação totalmente desconhecida e a falta de acesso a informações e recursos, o consórcio com sua representação de grande poder econômico, político e social também ajuda a construir a desigualdade de posições, através de uma forte dominação do processo decisório, pela desarticulação dos

stakeholders e pela forte pressão exercida sobre esses atores, inibindo a formação de um movimento de resistência e qualquer reação negativa da sociedade perante suas ações.

6.2.2 Programas de reativação econômica

A segunda ação do Consórcio identificada foi a criação de associações para a realização dos Programas de Reativação Econômica. Vale ressaltar que esses programas relacionam-se às exigências estabelecidas para o licenciamento ambiental e obtenção das licenças para implantação e operação do empreendimento. Observa-se que tais programas criados pelo Consórcio tinham como objetivo oferecer alternativas de renda para o pessoal atingido, uma vez que a maioria dos atingidos dessa região estudada teve suas relações de trabalho totalmente modificadas com a construção da barragem.

A criação dessas associações foi proposta pelo próprio consórcio, o qual também definiu quais seriam as atividades de cada uma delas. Ao todo, foram criadas três associações para a reativação econômica: uma associação de pesca, uma de agricultura e outra de artesanato. Inicialmente a associação de pesca contava com 20 participantes, a de agricultura com 13 e a de artesanato com 12, representando uma boa parcela das 52 famílias atingidas. Atualmente, foi possível identificar que o número de associados diminuiu em duas associações: de agricultura possui 10 associados e do artesanato 4 associados. Com relação à associação de pesca, não se conseguiu informações referentes ao número de associados nos dias atuais. No entanto, percebe-se que houve pouca participação da comunidade na criação e na definição dos critérios dessas associações, e que as atividades definidas não se adequaram à realidade, pois os atingidos não conheciam o tipo de trabalho ou não se adaptaram ao novo tipo de trabalho, não gerando o resultado

esperado. Além disso, também é possível identificar uma “estratégia” do consórcio com relação às associações, que buscou desarticular e diminuir a força da comunidade.

Esses três grupos são chamados de grupos da reativação econômica, o da pesca, da agricultura e do artesanato, são três grupos de reativação econômica, são grupos que tão buscando alguma coisa pra dar certo, pra não depender mais do Consórcio, mais não tem como não depender, porque nenhum deu certo ainda (representante de associação 2).

No início eles vieram mesmo com essas propostas que foram a pescaria, a agricultura e o artesanato. No início eles deram curso de artesanato para muitas coisas aqui, inclusive eu tenho uma menina que fez curso com bambu e pra gente eles alugaram um terreno na época, quem quis fazer parte da agricultura alugou esse terreno próximo aqui nós mesmo pra gente plantar maracujá. Assim foi feito, fizeram as negociações, pagaram os aluguéis pra nós... No início que eles prometeram pra gente eles fizeram, trouxeram equipamento pra gente, alugaram trator, compraram a sementes de maracujá, a gente só fizemos o viveiro, muitas mudas vieram prontas pra gente, só tivemos que plantar no lugar, o que eles falou no início eles fizeram mas muitos também ficaram sem serviço, porque muitos não sabiam o que eram agricultura, o que era pescaria, o que que era um artesanato (representante de associação 4).

Ai eles já pegaram e dividiram os grupos e colocaram um grupo de pesca, um de agricultura do qual eu participo e quer dizer, quebrou as forças da comunidade contra uma muralha, porque se chegar 30 pessoas e falar a mesma língua aberta eles (atingido 4).

As informações no *site* do empreendimento apontam que esses programas deveriam ser apenas uma complementação de renda e não a renda principal, mas contata-se que, na realidade, para alguns atingidos essas atividades se tornaram a única fonte de subsistência. Identifica-se ainda uma relação de dependência das associações, que fornece subsídios financeiros e de materiais para o desenvolvimento das atividades, e para que as associações possam ser mantidas em funcionamento. Os participantes dessas associações

sabem que podem contar sempre com a ajuda do consórcio para manutenção das atividades de reativação econômica, desde que o pedido seja de interesse da associação e esteja formalizado em uma proposta. Os pedidos podem ser auxílio financeiro, compra de máquinas e materiais para realizar as atividades, compra dos produtos produzidos pelas associações e até mesmo algum tipo de curso ou treinamento. Assim, essas associações funcionam por meio de convênios assistencialistas estabelecidos com o consórcio.

O consórcio a gente deixa o mais grosso. Porque tudo que a gente; até hoje, tudo que eu fui lá no consórcio pedir, eles deram, tudo que a gente precisou; porque a gente leva documento, ofício, certinho, tudo legalizado, aí eles não negam pra gente não. A gente chega e fala tô precisando disso, disso e isso, aí eles chegam e vão lá (representante de associação 1).

Estávamos trabalhando aqui, um dia sentei, aí de repente tive uma ideia, peguei o caderno sentei fui elaborando um projeto, falei assim vou mudar, vou conversar com o Consórcio vou buscar um convênio [...] Aí levei pro Consórcio, que era a compra de uma impressora para fazer estampa e uma máquina pra estampar, que é aquela de prensas, aí o Consórcio estudou o projeto, eu vim embora e deixei lá com eles [...] passados quinze dias a G. me ligou, falando que o meu projeto tinha sido aprovado, que iam me dar a impressora e a prensa. (representante de associação 2).

Percebe-se que há uma deficiência na organização das associações, pois essas pessoas não estavam acostumadas nem possuíam experiência no trabalho cooperativo e em equipe, e também não houve uma preocupação por parte do Consórcio em prepará-los para tal tipo de atividade. Os relatos indicam ainda que há brigas e conflitos de interesses entre os associados, e que as pessoas se associaram sem saber o seu papel dentro de uma associação. Portanto, os programas de reativação econômica não funcionam efetivamente, e os associados que continuam a participar do programa,

geralmente permanecem devido ao fato de não haver tantas alternativas de trabalho na comunidade.

Nós éramos pescadores ali no Funil, nós éramos todos individualistas ao extremo. Mas nos tínhamos um código pra gente correr da polícia. Que a gente pescava proibido. Então quando era pra correr da polícia, todo mundo se unia. Ai de repente a usina chegou e falou, não, vocês vão ter que ser unidos, cooperar. Eu nunca trabalhei em cooperativa com você, porque eu tenho que ser parceiro (atingido 7).

Outra coisa que atrapalhou muito aqui foi o interesse pessoal, cada um puxando a sardinha pra sua brasa, “eu quero isso, eu quero aquilo” e teve gente que conseguiu e outros que não, muitos venderam a casa pra se estabelecer na cidade (atingido 2).

Outro ponto a ser ressaltado é o fato de os membros participantes das associações também receberem uma cesta básica mensalmente do Consórcio, verificando-se novamente uma relação de dependência da associação e dos associados com o consórcio. A doação de cestas básicas representa uma medida assistencialista que se justifica para a manutenção das associações, pela ineficácia dessas atividades econômicas e pela falta de trabalho enfrentada pelos moradores da comunidade. Esse assistencialismo foi identificado na fala de quase todos os entrevistados, seja pela percepção desses atores de que recebem essa cesta por não terem condições de ganhá-la com seu próprio trabalho ou mesmo pela situação de dependência.

Tanto é que uma coisa que eles fizeram, que eu não concordo até hoje, foi a doação da cesta básica. A cesta básica pra mim foi o que fez a diferença e acabou com a comunidade. Eu principalmente era contra. Na época eu era presidente da associação de moradores, então o primeiro caminhão de cesta básica que chegou na comunidade eu falei, não vai entregar cesta. Nós não queremos cesta básica. Nós queremos condição pra gente ganhar a cesta, pra gente trabalhar, pra gente conquistar ela. Não queremos ela de graça. Isso ai vai ser massa de manobra e é até hoje (atingido 7).

Na minha opinião, eu acho que eu tentava conversar com as pessoas pra mudar isso aí, falava gente vocês não vão depender do consórcio a vida toda e eles ganham até hoje, eu graças a Deus nunca precisei, ganhei no começo mas nunca precisei. Uma cesta básica muito boa e outros benefícios, eu acho que eles compram, fazem medo na cabeça do povo lá nos moradores. Até hoje ganham cesta básica, porque lá em Macaia mesmo, eles foram atingidos e ganhavam cesta básica, mas faz muito tempo que já foi cortada (atingido 9).

Isso revela que o assistencialismo se tornou uma característica intrínseca a esses programas de reativação econômica, que traz implicações para o consórcio, como custos extras para o empreendimento e a necessidade de se manter uma relação sempre próxima à comunidade. Mas, essa postura assumida pelo Consórcio pode estar atrelada à necessidade de manter sua legitimidade perante a comunidade. De acordo com a teoria, a legitimidade refere-se a obter a aprovação e aceitação de um dado comportamento por parte da sociedade. No caso das empresas, isso implica em justificar sua atuação através de uma postura que seja condizente com as demandas da sociedade e da expectativa de não causar danos aos seus *stakeholders*, adotando medidas além das obrigações legais, contribuindo para o bem-estar social e garantindo a sobrevivência da organização (MELO; RÉGIS, 2013; MOYSÉS FILHO; RODRIGUES; MORETTI, 2011; PAULA SOARES, 2004). Portanto, pode-se relacionar essa postura do consórcio de “cuidar” dos atingidos e a adoção de medidas assistencialistas com a manutenção de um comportamento visto como legítimo pela sociedade. Mas, além disso, também parece existir o entendimento dos atingidos de que o Consórcio tem uma “dívida” com a comunidade pela construção da barragem, e por tal motivo o Consórcio mantém as medidas assistencialistas.

Eles tiraram a gente de um lugar que a gente tinha tudo, pra mudar lá cima que não tem nada, eu acho que eles dão cesta básica até hoje por causa disso (atingido 9).

Deve-se ressaltar ainda que mesmo com os programas de reativação e a ajuda do consórcio, muitas pessoas que permaneceram na comunidade, após 12 anos da construção da barragem, ainda não conseguiram reestabelecer seus meios e modos de vida anteriores ao empreendimento. É possível observar um anseio por parte de alguns membros de conseguirem viver só da renda dessas atividades da reativação econômica ou ainda de retomar seus meios e modos de vida anteriores, tornando-se independentes da ajuda do consórcio, além do desejo de fortalecer as associações e a comunidade. Entretanto, tal interesse não condiz com a perspectiva do consórcio empreendedor em relação a esses programas, qual seja de gerar apenas uma renda extra para os atingidos e, até mesmo, de manter os atingidos sobre o seu domínio, como sugerem os seguintes trechos:

Esses projetos é o caso seguinte, a gente queria ter as mesmas condições que tinha no anterior, plantar. Eles até tentaram, mas o consórcio foi muito vivo nesse ponto, que se tivesse apenas uma associação, a comunidade aqui seria muito forte, aí eles desmembraram a comunidade em grupos de pescaria, artesanato e agricultura entendeu! [...] (atingido 2).

Não, ainda não (*tem autonomia*), porque o terreno é posto no nome da Associação mas não é dado uma escritura de nós onze, somos agora em 10. Ainda não é relatado no nome de cada um ser dono de lá não. Então o que a gente for plantar lá tem que reunir com eles, pegar opinião, pedir uma ajuda e uma força com eles, pra ajudar a gente lá nas terras (representante de associação 4).

Em que pese prevalecer nos discursos dos atingidos uma insatisfação quanto às associações e a situação econômica em que vivem, principalmente em relação à dependência que tem do consórcio, nunca houve nenhum grande conflito ou resistência por parte deles sobre os programas ou as medidas assistencialistas. Entende-se que essa aceitação pode estar atrelada a falta de

alternativas e outras possibilidades de trabalho na região, além da aparente falta de poder perante o consórcio para exigir mudanças, bem como a própria articulação dos empreendedores que garantiu a legitimidade dessas ações, levando os atingidos a se conformarem com a situação de dependência.

6.2 Acesso a serviços sociais básicos

A terceira ação do Consórcio identificada foi em relação a serviços sociais básicos. É preciso destacar que o Consórcio não presta os serviços a comunidade, apenas realizou melhorias de infraestrutura (construção de escola, posto de saúde), que faz parte das exigências para licenciamento, e facilitou a prestação dos serviços na comunidade, através de acordos e parcerias com a prefeitura de Lavras, responsável pela região da comunidade do Funil. É interessante notar aqui a manifestação do papel político exercido pela corporação por meio de ações que muitas vezes são definidas como RSE, mas que na verdade são obrigações legais, tanto do empreendimento como do poder público. Percebe-se que o consórcio assume uma imagem de protetor dessa população e também uma posição de representar essa comunidade perante o poder público, buscando melhorar o acesso a serviços sociais básicos (que são direitos essenciais da população) e executando ações que se esperariam do poder público. Assim, a RSE assume a perspectiva política, como apresentado por Scherer e Palazzo (2011), tornando-se um movimento ideológico destinado a consolidar o poder das grandes corporações, através de uma grande capacidade de influenciar a vida social dentro e fora da empresa (BANERJEE, 2008; CHRISTENSEN; MORSING; THYSSEN, 2013; VAN AAKEN; SPLITTER; SEIDL, 2013).

As análises revelam que os atingidos mencionam o acesso a serviços sociais básicos como educação, saúde, habitação e transporte como ações trazidas pelo empreendimento em parceria com a prefeitura, pois o consórcio

realizou a construção da escola, do posto de saúde, das sedes das associações como medidas que possibilitaram o acesso a tais serviços.

O consórcio fez a unidade, isso aí a comissão representativa correu atrás e eles fizeram, na época o prefeito C. inaugurou. O C. quando era prefeito, fez a estrutura do posto de saúde, da escola e em contrapartida o consórcio querendo ver livre da comunidade e da responsabilidade colocou pra eles uma proposta de doar uma caracol, uma retroescavadeira e um caminhão novo que havia comprado pra usina e eles assumiriam a responsabilidade sobre água, rede de esgoto, a própria prefeitura (atingido 4).

Olha, o benefício que teve aqui de início é a questão do transporte, não estando chovendo, é claro, mais agora melhorou um pouco, o ônibus passa aqui na porta, a facilidade da gente se deslocar, o posto de saúde que tem médico a cada quinze dias, tem escola, tem muita coisa boa (representante de associação 2).

Eu vou dizer pra você, o fator que foi favorável pra nós aqui foi condução, porque como eu morava nos andava numa distância longe pra tomar ônibus pra ir em Lavras ou Perdões, qualquer lugar que fosse. Então aqui nós temos o ônibus no portão, o ônibus para no portão nós vai e volta porque tá aqui no portão. E nisso aí foi favorável (atingido 11).

Médico por exemplo, se você precisava de um médico você tinha que vir em Lavras. Então nós construímos um posto de saúde. Ele mostrou que o prefeito deu importância pro posto de saúde. Então médico a cada 15 dias, tem enfermeiro. A escola funciona na comunidade, coisa que não era. Então tudo isso aí é legal (atingido 7).

No entanto, deve-se ressaltar que de acordo com a legislação vigente no país e a Resolução 01/86 do CONAMA, a realização dessas medidas é obrigatória para que esse tipo de empreendimento possa obter seu licenciamento nos órgãos reguladores (CONAMA, 1986; SILVA; MORET, 2012; VAINER, 2008). Portanto, infere-se que o acesso a esse tipo de serviço, promovido pelo consórcio, não teve como real intuito apenas prezar pelo bem-estar e o desenvolvimento social da comunidade, mas tratou-se de uma ação

que também objetivou atender às exigências legais e promover o empreendimento a partir de aspectos favoráveis quanto às condições de vida na nova comunidade, proporcionando aos atingidos serviços que anteriormente eram de difícil acesso e de responsabilidade da prefeitura. É possível perceber que há uma falta de acesso à informação nesse sentido, pois os atingidos percebem essas melhorias como benefícios que o empreendimento trouxe para a comunidade, e não como direitos que eles deveriam ter acesso, pois são garantidos por lei para qualquer pessoa. O conhecido abandono de áreas rurais no Brasil em relação a esses serviços básicos pode levar a essa noção que os atingidos têm, de que tais ações são benefícios trazidos pelos empreendimentos, pois eles preenchem uma lacuna deixada pelo Estado e se utilizam disso como um controle social, explicitando novamente o papel político discutido por Scherer e Palazzo (2011).

Atrelado a noção de acesso a serviços sociais está o discurso desenvolvimentista adotado pelo consórcio, o qual argumentava que a construção da usina traria desenvolvimento e progresso para a região, e consequentemente, maior acesso a políticas sociais e melhorias na qualidade de vida da comunidade. Porém, os principais fatores apontados como possibilidade de desenvolvimento são o potencial turístico devido à formação do lago e a valorização das terras, benefícios que estão fortemente atrelados à dimensão econômica e não a dimensões sociais, como a melhoria na qualidade de vida. Além disso, percebe-se que a perspectiva de desenvolvimento e da exploração do turismo trouxe uma grande especulação imobiliária para a região, acarretando a construção de loteamentos e casas, e a valorização das terras no entorno do lago. Porém, esses benefícios ficaram restritos a um pequeno grupo, não favorecendo os atingidos mais vulneráveis e nem mesmo a comunidade em si.

Hoje tá muito valorizado aqui, aumentou aquele loteamento ali, casas muito boas. Só que não temos movimento, não é como era lá em baixo (atingido 2).

Mas da valorização econômica das propriedades não tenha dúvida, quem ficou com um pedacinho recuperou, foi o melhor negócio! A minha propriedade vale bem mais do que antes do lago, sem dúvida disso. [...] Houve desenvolvimento sim e houve uma eterna valorização das terras em torno do lago, isso aconteceu sim e vai acontecer cada vez mais (atingido 8).

Mas, apesar do discurso, observa-se que esse não correspondeu às expectativas, pois a maioria dos atingidos afirma que a construção da usina não gerou nenhum progresso para a comunidade:

Tem esse discurso (*de desenvolvimento*), a possibilidade aqui é o turismo e o que o turista quer? É lazer e não tem lazer aqui, tem a represa e tem a praia que não tem areia. Não tem, não existe. Eles dizem que isso é o progresso né, é a coisa mais fácil né e falar que isso é o progresso, em cima do sofrimento de muitos né, você tirou uma coisa que não vai devolver nunca mais, o que tem aqui.... aqui nem criança nasce mais (atingido 2).

[...] o progresso até hoje não chegou, só mudaram e ficou, só mudou a gente de lugar, igual a uma planta que tira da sementeira e joga no solo, só deixar germinar e dar frutos, agora progresso não tivemos, falar que nós temos uma vida tranquila nós não temos, estamos batalhando pra ter um custo de vida bom, mais que temos não temos, isso é real (representante de associação 2).

De modo geral, ao considerar as principais estratégias e ações propostas pelo Consórcio, percebe-se que não houve uma preocupação em realmente atender às necessidades dos atingidos, levando em conta suas demandas e opiniões. Os dados apontam que tais ações buscaram apenas atender aos objetivos de implantação do empreendimento, acatando as exigências legais presentes na legislação, promovendo o empreendimento como uma questão de progresso e melhoria para a comunidade, e evitando movimentos de conflito e resistência.

6.3 Implicações da implantação do empreendimento para os atingidos

Este tópico de análises buscou identificar as principais implicações causadas pela construção da usina, através da percepção dos atingidos, tentando assim descrever as mudanças decorrentes desse processo. É preciso ressaltar que, apesar de haver na teoria diversas classificações e divisões das implicações causadas por esse tipo de empreendimento, neste trabalho optou-se por não utilizar uma classificação específica e nem dividir as implicações em grupos. Isso se deve ao fato de que a pesquisa se fundamentou na perspectiva dos atingidos e como esses atores não expressaram em seus depoimentos nenhum tipo de classificação teórica específica, definiu-se que as análises levariam em conta os termos expostos pelos atingidos de acordo com sua realidade, buscando trazer de forma fidedigna suas percepções sobre as implicações desse processo.

Mediante a análise das entrevistas, foi possível identificar as principais implicações causadas pela implantação do empreendimento para os atingidos. A principal implicação, voltada para o aspecto econômico, foi em relação ao trabalho, sendo que dos 16 entrevistados, 14 comentaram sobre o tema. Os relatos indicaram que houve uma diminuição no número de postos de trabalho na região, principalmente pelo fato de que o enchimento do lago causou uma separação entre as áreas da comunidade onde vivem os atingidos e das grandes fazendas, onde muitos trabalhavam anteriormente. Antes do empreendimento, o rio também separava essas áreas, mas havia a ponte do Funil que servia como ligação entre as duas margens, ponte que atualmente não existe mais.

O resto trabalhava em roça, perderam o emprego, tem gente que tem que atravessar de barco pra trabalhar longe em fazenda... (atingido 9).

É, muitos moravam aqui e depois resolveram mudar pra trabalhar em outro lugar, outros já saem daqui pra

trabalhar em Lavras, outros tem que pegar um barco e atravessar a remo pra trabalhar, tem pedreiro que dá a volta na barragem e vai trabalhar lá no Cristodinho, em outros lugar, porque não tem serviço fixo no local, então você tem que correr atrás pra onde tem (representante de associação 2).

Tinha, antes tinha muita fazenda, muitas casas alugadas na beira do rio, então tinha muito serviço (representante de associação 4).

Os que viviam de pesca aqui, não estão mais aqui, não tem condições de sobrevivência. [...] basta dizer que muita gente deixou de morar aqui, venderam as casas que ganharam porque não tinha condição de serviço (atingido 2).

Além disso, também ocorreram mudanças quanto ao tipo de trabalho, principalmente para aqueles que trabalhavam na roça ou com a pesca. Esses atingidos se viram obrigados a assumir outros tipos de trabalho e até modificar totalmente suas rotinas, trabalhando nas cidades próximas. Alguns entrevistados apontaram ainda que os seus meios de subsistência e sua renda também foram afetados devido às áreas inundadas e pela mudança para a comunidade, pois muitos tiravam da própria terra os alimentos e as matérias-primas para seu trabalho. Pode-se constatar que faltou transparência do consórcio em relação às mudanças que ocorreriam nas condições de trabalho e como afetariam a vida dos atingidos, pois estes esperavam que ocorresse melhorias nesse aspecto.

[...] fazia balaio lá na margem do lago, tinha um sítio lá onde eu morava, lá tinha várias moitas de bambu e eu trabalhava e tinha minha fonte de renda e aquilo ali com uma pequena horta que eu plantava, eu tirava o combustível com aquela pequena horta, fazia feira, o meu carro chefe era os balaio, ai eu vendia os balaio e saia líquido aquele lucro e hoje infelizmente aquela matéria prima não tem mais, essa era a facilidade que tinha lá (atingido 4).

Piorou, piorou! Porque onde nós morava nós tinha um pedacinho de terra, e ali nós tinha de tudo, tinha manguieira

na horta, laranjeira, goiabeira, tinha limoeiro; Criava muita galinha, tinha um frango pra comer não precisava de comprar, tinha verduras e aqui hoje tudo é na base do dinheiro(atingido 11).

Ainda em relação ao trabalho e a renda, é importante comentar e reforçar a insuficiência dos Programas de Reativação Econômica em propiciar uma alternativa de trabalho e sustento para os atingidos. De acordo com as falas dos entrevistados, pode-se inferir que as atividades propostas não se adequaram a realidade local e são incapazes de gerar uma renda suficiente para os associados. Devido à ineficácia desses programas, o Consórcio buscou recompensar os membros das associações com a doação de cestas básicas mensais, representando uma medida que busca minimizar as perdas sofridas pelos atingidos em relação ao trabalho e a renda, criando uma relação de dependência entre associados e consórcio, em que prevalece o poder do consórcio sobre a vulnerabilidade dos atingidos, como já discutido no tópico sobre os programas de reativação econômica.

Aquele programa de reativação econômica, como se diz é obra pra inglês ver! Eles fizeram um prédio lá com as normas da ISO... ISO 9001, mas uma coisa mais moderna, com freezer, barco, mas não tem peixe e ficou apodrecendo aquele monte de barco... (atingido 9).

A gente começou trabalhando com ela doze pessoas, depois não tava entrando dinheiro foi afastando tudo mundo e ficamos em quatro [...] Como esse trabalho não estava dando renda, eu como presidente eu sentava, pensava, elaborava, falei assim o que vamos fazer, as meninas sempre falava que não entrava dinheiro, que precisavam trabalhar, que precisava de ganho, que só tinha o salário disso, que o esposo também reclamava (representante de associação 2).

Outro aspecto atrelado à questão do trabalho e renda que merece destaque é o comércio local, o qual foi comentado por dois entrevistados que trabalham no setor. Eles apontaram que após a construção da barragem, houve uma queda no comércio local, principalmente pela mudança de local e

pela perda do ponto turístico (a ponte e o rio). Os pequenos mercados dependiam das compras dos moradores da região, que antes tinham pouco acesso à cidade e ali compravam tudo aquilo que precisavam. Já os comércios voltados para o turismo, como os bares e restaurantes, não possuem mais os mesmos atrativos turísticos, pois vários ficaram distante das margens do lago. Outro fator pode ser que, apesar do aumento de casas e pessoas que frequentam a região nos finais de semana, provavelmente a maioria dessas pessoas traz da cidade tudo aquilo que consomem e não compram nos comércios locais.

Pra mim não foi bom não, porque eu tinha um comércio na beira d'água, que tinha um movimento bom, corria dinheiro e me acabou com o movimento lá, me pagaram muito pouco, uma mixaria, e me tirou a renda tudo, lutei muito pra poder construir isso lá e eu perdi quase de graça, pra mim não foi bom não (atingido 5).

Por exemplo, eu que tinha o meu comércio na beira da água ele deveria me dá um novo comércio na beira do lago, entendeu? Porque hoje eu não tenho acesso de lancha não tenho acesso de nada aqui no meu bar. [...] Porque antes quando eu tinha meu comércio, eu tinha aquela beleza natural eu não precisa de fazer nada pra atrair meu cliente, meu cliente naturalmente ele chegava lá entendeu, hoje não tem nada, hoje eu tenho que colocar uma música ao vivo eu tenho que fazer um show eu tenho que fazer uma propaganda entendeu? Pra sobreviver no comércio e olhe lá que tá apertado o trem tá feio hein (atingido 6).

Outra implicação identificada em relação ao aspecto econômico foi vista como positiva pelos atingidos e refere-se à valorização das terras da região, devido à formação do lago e o seu potencial turístico, o que gerou um aumento na construção de casas para aluguel de fim de semana e a criação de loteamentos, apontando que tal situação permitiu uma fonte de renda alternativa para alguns dos atingidos. No entanto, é preciso destacar que esse fator favoreceu poucos atingidos que tinham propriedades maiores e às

margens do lago, sendo que apenas seis entrevistados comentaram sobre esse benefício. Os demais atingidos, provavelmente por não terem casas ou lotes próximo ao lago, não usufruem de tal vantagem para obter renda extra.

Só melhorou porque lá loteou, muita gente no final de semana, muitas casas. [...] lá tá alugado direto (atingido 12).

Porque pintou muitas construções bacana ai na beira da represa, valorizou os terrenos aqui, os imóveis entendeu, então acho que por isso (atingido 6).

No meu caso o que eu fiz pra me safar, eu comprei o lote, fiz essas casas e aluguei pras pessoa vim passar o final de semana (atingido 4).

Também cabe destacar que apesar do potencial turístico e suas diversas possibilidades de exploração após o enchimento do lago, alguns entrevistados relataram que mesmo com algumas melhorias, essa opção tem sido mal explorada, pois não há incentivos e nem estrutura adequada para seu aproveitamento, além da extinção de outros pontos turísticos naturais, impactando tanto a questão econômica, como refletindo também em implicações sociais e ambientais.

A eu acho que só a parte de turismo que ajudou, a parte de turismo só que melhorou, o resto não teve muita mudança não (atingido 12).

Nem um pouco, estamos tendo que inventar, improvisar, criar leis, muito desassistido e com força, potencial muito mal explorado (*sobre o turismo*) (atingido 8).

A questão da infraestrutura do turismo que precisa melhorar, sei lá, talvez asfaltar essa estrada, fazer uma marina ali, uma coisa que possa atrair o turista. Que a gente atraía o turista porque a gente tinha a cachoeira, era uma beleza natural, agora água parada você tem em qualquer lugar do mundo. Você não precisa da comunidade pra conhecer água parada. [...] Hoje não tem infraestrutura. Hoje o turismo até hoje não tem (atingido 7).

Turismo aqui tenta uma iniciativa do turismo mais não avança, porque aqui não tem estrutura pra turismo, na realidade não tem (representante de associação 2).

Em relação aos aspectos sociais, a principal implicação, apontada por 14 dos entrevistados, foi a mudança na rotina e nos meios e modos de vida. Ficou evidente que a construção da barragem e a ida para a Comunidade do Funil representaram uma grande transformação na vida dos atingidos. Isso se deve primeiramente ao fato de que a maioria dessas pessoas vivia em sítios e era acostumada com a vida rural, passando a viver depois em uma comunidade sob a lógica de área urbana, em casas com um espaço mais limitado e tendo que conviver com vizinhos que antes não tinham, além da presença de pessoas de fora da região e da comunidade. Também identificou-se uma mudança quanto às relações sociais entre essas pessoas. Apesar de a comunidade reunir os atingidos quanto à proximidade física, houve um afastamento e uma desunião entre estes após a ida para a comunidade, provavelmente pelo aspecto citado anteriormente. Esses resultados são corroborados pela visão de Piacenti et al. (2003), de que as realocações geralmente modificam o perfil da comunidade e o seu sistema populacional, podendo causar alterações na cultura e no modo de vida das pessoas.

Agora dividimos muros. Pra muitos aqui o convívio foi bom sabe, mas têm muitos que o convívio não foi bom não, acostumando a viver naquele mundo, sozinho quietinho no seu canto e depois juntou todos, todos eram conhecidos só que cada um em seu lugar né, agora juntou todo mundo junto. Acho que isso não foi bom não moça. [...] Não tinha muito contato com gente estranha que chega no local agora, eu acho que antes era melhor (representante de associação 4).

A gente vivia esparso ao longo do rio, então você tinha afinidade aqui, ali. Hoje não, hoje você é obrigado a ter afinidade com todo mundo. Então começa a gerar conflito. Teve uma fase na comunidade de todo mundo ser inimigo de todo mundo, entendeu? O cara morava

longe, de repente você tem um vizinho ali do lado te olhando (atingido 7).

Assim, tinha muitas pessoas que você via às vezes só fim de semana, porque morava nas fazendas mais afastadas do ponto da ponte do funil, pessoas que as vezes morava no sitio e só final de semana você via, né? Então mais gente de fora, gente de São Paulo, Lavras, outros lugares. Então modificou muito. A tarde uma hora dessas só tinha os moradores ali da região da Ponte do Funil (atingido 10).

Quando começou a comunidade o pessoal não tava acostumado a morar junto em comunidade e era sempre separado e a hora que juntou o povo começou com um fofocar, falavam um do outro, o do outro e isso ai foi o que aconteceu (atingido 2).

Modificou a rotina, não há tanto diálogo, desuniu o pessoal. A rotina antiga era melhor, aqui é muito parado, o pessoal era animado (representante de associação 3).

Alguns entrevistados apontaram que também houve uma perda de raízes para os atingidos, ocasionada tanto pela mudança de local quanto pela mudança em aspectos simbólicos, como a cultura local e as tradições, apontando que a realocação não causa apenas mudanças físicas, mas também desestrutura as relações remanescentes e as práticas desses atores, além de gerar uma ruptura social (NOBREGA, 2011; VAINER, 2008).

Nó, mudou tudo! Mudou completamente! Eu vi muita gente triste lá, pessoal mais velho principalmente. Perdeu a raiz do lugar, lá era muito bonito (atingido 9).

[...] você retira um sujeito é, bom vamos dizer, vamos colocar assim eu sou um nativo mais esclarecido eu já tive esse impacto desse tamanho, um nativo com menos informações mais ligado ainda a terra do que eu, eu vejo que lá mesmo com aquela comunidade do Funil bonita, que deu um valor econômico pra propriedade deles bom, mas o movimento de educação pra substituir o ambiente daquela turma não foi adequado não (atingido 8).

A religiosidade, por exemplo, perdeu um pouco. Tudo isso passou por transformações (atingido 7).

A ocorrência de transformações profundas na vida dos atingidos pode ser relacionada ao fato de que no planejamento desses empreendimentos geralmente não são levados em conta os aspectos sociais e há uma exclusão dos atingidos em decisões que deveriam definir a melhor forma de realocá-los, garantindo o mínimo de transtorno possível para essas populações (SILVA, 2007), pois como afirma Nobrega (2011), esses atores são desqualificados pelos empreendedores e vistos como empecilhos aos seus interesses, sendo assim privados de participar dos processos que definem a implantação das usinas. E mesmo com tantas implicações e danos causados aos atingidos, cabe destacar que estes apontaram que não tiveram nenhum tipo de auxílio ou acompanhamento de profissionais, como psicólogos. Percebe-se ainda que houve um grande abalo emocional para os atingidos, com passagens que relatam o medo e o receio da mudança, que pode estar relacionado ao fato de os atingidos não terem conhecimento de quais seriam as mudanças em suas vidas.

Foi um impacto social imenso, eu acho que meu pai morreu de ficar preso dentro de casa, ele adorava a ponte do Funil, lá era uma válvula de escape lá pra ele, o pai tinha 88 anos. [...] Eu vi muita gente chorar, em toda as extensão do lago. [...] Não foi nenhum psicólogo nada, pra falar com a gente (atingido 9).

Houve uma indenização, mas não teve um apoio moral e o negócio foi mal feito (atingido 8).

Ah, problema trouxe né, o sofrimento de todo mundo até amadurecer a ideia, muita gente chegou a chorar, lamentar as suas raízes e tal, mais igual eu te falei, foi todo um processo lento, que dia após dia você vai assimilando tudo isso, então na minha opinião aconteceu tudo isso mais no final acabou dando certo (atingido 3).

No início foi um susto pra muita gente né... foi um choque (representante de associação 4).

Apesar dos impactos negativos relatados acima, os entrevistados também apontaram fatores positivos após a construção da barragem. Cerca

de 35% dos entrevistados identificaram a melhoria nas condições de vida e maior facilidade de acesso a serviços sociais básicos como fatores positivos. Esses aspectos estão relacionados à melhoria das moradias na nova comunidade e com a construção de escola, posto de saúde e criação de uma linha de transporte público para a comunidade. Esse impacto positivo está atrelado a duas ações do consórcio identificadas e discutidas nos tópicos 6.2.2 e 6.2.3, em que o consórcio se propôs a realizar a construção das novas casas para os atingidos, e também a sede da escola e do posto de saúde, além das parcerias com a prefeitura para a prestação de serviços na comunidade.

É as mudanças que eu te digo é que melhorou numas coisas, por exemplo, ônibus e o problema esses servicinhos que tem ai também né agricultura, pescaria, o artesanato deles, o posto médico, escola né? Que por exemplo quando nois morava lá na ponte mesmo pra estudar nois tinha que andar longe e agora não aqui tá tudo ai, entrou na porta da sala saiu na da cozinha, ai melhorou (atingido 11).

Além dessas implicações, alguns relatos também demonstraram que houve uma preocupação por parte do consórcio com a questão ambiental, provavelmente pela legislação relacionada a essa dimensão nos processos de licenciamento ambiental. Na época da implantação da usina foram realizadas ações voltadas para proteger a fauna e a flora, como a remoção de animais. Até os dias atuais também existem ações voltadas para os impactos ambientais causados na região, como a contenção de erosões e desmoronamentos. Mas, vale citar que todas essas medidas são critérios legais. Tal aspecto fica evidente na fala do atingido 8 ao expor que os empreendedores pareciam se preocupar mais com os animais do que com as pessoas, comportamento que provavelmente se justifica pela maior quantidade de leis e exigências ambientais do que critérios voltados para as questões sociais dos atingidos.

[...] foi uma abordagem curiosa, participei de reuniões e foi muito divertido porque se preocupavam com macaco, com passarinho, com a cobra, depois de muito pelear com tudo, é gastaram um pedacinho do tempo deles pra perguntar sobre a gente, eu acho muito curioso dentro da minha terra é eu não ser a peça principal do ambiente, isso é outra colocação muito interessante (atingido 8).

Outra coisa, eles ficam de cima, qualquer desmoronamento que dá em torno da represa, porque passa muito barco, lancha, ou talvez até ação do vento também, tá havendo alguma erosão, eles tão correndo em cima, vai lá, contratou uma empresa, coloca uma rede, coloca pedra, então eles tão acompanhando (atingido 1).

Mas, apesar das ações do consórcio, é impossível evitar que um empreendimento que afeta uma área tão grande não cause impactos sobre o meio ambiente. O principal problema ambiental identificado pelos entrevistados refere-se à diminuição da quantidade de peixes após o enchimento do lago. Vários entrevistados relataram que na época do rio havia peixe com fartura, sendo que muitas pessoas na região viviam da pesca ou tinham a pesca como meio de ajudar na própria subsistência da família, afetando também economicamente essas pessoas.

Hoje a parte de pesca fracassou né, porque cria peixe, não é tão boa assim a criação, não pesca porque aqui não dá peixe, nessa represa aí não dá peixe, você arma aí trezentos, quatrocentos metros de rede e pega um quilo de peixe, isso aí acabou, a pesca acabou (representante de associação 2).

Peixe não tem, vai pescar, não tem nada. Não sei qual ideia que tiveram de colocar tucunaré, acabou com os outros peixes (atingido 2).

Eu mexia com pesca lá na ponte, dava peixe demais! Ai alagou, formou o lago e destruiu tudo tanto pra cima quanto pra baixo, o rio pra baixo e pra cima... mas a barragem matou mais de vinte toneladas de peixe lá, foram fazendo cratera deste tamanho lá e jogando os peixes lá, foi o negócio mais triste do mundo e eles abafaram e não deixaram ninguém entrar (atingido 9).

Destaca-se que, apesar de representar um dos grandes impactos do empreendimento e da preocupação com as questões ambientais no mundo atual, esse aspecto foi pouco citado pelos entrevistados, não se revelando como uma preocupação para os atingidos que tinham pouco conhecimento a respeito do tema, representando novamente a falta de participação no processo, e de acesso e transparência sobre informações envolvidas na implantação do empreendimento.

Pode-se considerar que os relatos demonstram que faltou acesso à informação e transparência quanto aos impactos sociais, econômicos e ambientais que seriam causados pela construção, além de uma falta de participação da população na busca por uma definição de critérios e medidas mitigatórias que fossem capazes de realmente minimizar os danos sofridos. Muitos disseram que o consórcio pregava que o empreendimento traria vários benefícios para a comunidade, mas posteriormente os atingidos perceberam que nem todo o discurso correspondeu à realidade, e que várias implicações negativas se sobrepunham aos pontos positivos.

Teve muito, que ia ser beneficiado, que os moradores que eram ribeirinhos, porque aqui era considerado os moradores ribeirinhos na época, que eles iam ser realocados pra um lugar melhor, que ia ter uma sustentabilidade muito boa, a casa ia ser boa, com uma estrutura boa, então foi aquela coisa, que agente precisava do progresso, que o progresso ia melhorar muita coisa. [...] o progresso até hoje não chegou (representante de associação 2).

De forma geral, como fechamento das análises, é possível concluir através dos relatos dos entrevistados que o consórcio adotou diversas ações voltadas para os atingidos da Comunidade do Funil. Porém, deve-se destacar que tais ações buscaram principalmente atender às demandas legais impostas por órgãos reguladores para a liberação do empreendimento, sem ter uma real preocupação com os impactos decorrentes para a vida dos atingidos.

Confirma-se tal perspectiva pelo fato de que em vários momentos as falas desses atores revelaram que as ações e medidas mitigatórias implementadas pelo consórcio foram incapazes de minimizar os impactos e reestabelecer os meios e modos de vida dos atingidos. Essas percepções podem estar relacionadas à insuficiência das regulamentações do setor, que geralmente favorecem ou deixam brechas para os empreendedores, como a Lei nº 9.074/95 e o Decreto nº 7.342/2010 (BRASIL, 1995, 2010). A primeira concede poder às concessionárias e permissionárias para desapropriar os atingidos sob a justificativa de utilidade pública, reduzindo o problema social a uma questão meramente indenizatória (VAINER, 2007). Já o decreto obriga a realização do cadastro socioeconômico para identificar, qualificar e fazer o registro público dos atingidos, mas não pontua quais são as responsabilidades dos empreendedores e nem os direitos das populações afetadas. Esses e outros fatores contribuem para estruturar as disparidades e as injustiças nesses processos, através de negociações pautadas em participação, acesso a recursos e informações, e relações de poder desiguais.

Entende-se também que, além da insuficiência das medidas mitigatórias e da regulamentação do setor, o consórcio teve uma atuação política junto aos atingidos, buscando legitimar o empreendimento para os seus *stakeholders*, por meio de medidas assistencialistas, que tentaram suprir parcialmente as necessidades dessa população, atuando em responsabilidades que deveriam ser do Estado e influenciando a vida dessa comunidade, através de diversas formas de controle social. Além disso, percebe-se o uso dessas ações como um meio de exercer pressão e dissipar focos de resistência e conflito, através de uma coerção mascarada, pautada pelas relações de poder desiguais entre os atores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas têm sido largamente criticadas nos últimos anos devido aos prejuízos sociais e ambientais de suas ações, fazendo com que sua legitimidade seja continuamente questionada. Assim, há uma tentativa de influenciar ou modificar a percepção dos *stakeholders* e a opinião pública, buscando legitimar a conduta empresarial. Nesse sentido, cada vez mais as empresas têm incorporado práticas pautadas na noção de Responsabilidade Social e na abordagem dos *Stakeholders*, como uma maneira de atingir seus objetivos, manter sua boa imagem e camuflar aspectos indesejados sobre as práticas empresariais.

Diante do exposto, neste trabalho buscou-se investigar essa realidade em um contexto complexo, em que predomina o antagonismo de interesses e que tende a ser altamente conflituoso: a construção de uma usina hidrelétrica. O objetivo geral neste trabalho foi compreender, a partir da perspectiva dos atingidos pela barragem, as ações desenvolvidas pelo consórcio UHE Funil junto a esses atores para a implantação do empreendimento. Para tanto, foi realizada pesquisa de campo por meio de entrevistas com os atingidos e representantes de associações locais da Comunidade do Funil.

Desde o primeiro momento da implantação da usina, observou-se a existência de interesses divergentes entre os empreendedores e a população local, como já indicava a teoria e outros estudos. De um lado encontrava-se o consórcio com seus interesses econômicos, e do outro lado, a população como parte mais vulnerável desse processo. Assim, o Consórcio UHE Funil para implantar o seu empreendimento, utilizou-se de várias ações e discursos que possibilitariam a operação da usina e garantiriam a legitimidade do empreendimento perante a comunidade local. Tais ações se caracterizam ora

como práticas assistencialistas, ora como ações persuasivas, todas com o intuito de evitar a resistência dos atingidos. Não obstante, muitos atingidos apesar de não satisfeitos com a construção da barragem e as mudanças, devido à sua posição de vulnerabilidade, aceitaram sem luta ou conflito as imposições feitas a eles, ficando relegados ao imperativo de recomeçar suas vidas com o pouco que lhes restou.

Os impactos decorrentes da implantação da barragem na região permanecem até os dias atuais. Muitos ficaram sem trabalho ou tiveram sua fonte de renda modificada, tendo que se adaptar a nova realidade ou até mesmo deixar a comunidade para viver em outros lugares. Quanto aos aspectos sociais, a maioria dos atingidos demonstrou um sentimento de perda das raízes e tristeza pela mudança de local em que viviam, além das modificações causadas nas relações sociais e no estilo de vida, apesar de apontarem como ponto positivo a melhoria no acesso aos serviços sociais básicos. Os impactos ambientais, além de afetarem a fauna e a flora local, também incidiram sobre os costumes e o trabalho, como no caso da pesca. Em todos os relatos surgiram referências ao fato de a implantação do empreendimento ter modificado a rotina, o estilo de vida e o tipo de trabalho/emprego, e que muito pouco foi feito no sentido de reestabelecer essa rotina, acarretando problemas de adaptação. Algumas pessoas chegaram a deixar a comunidade, indo morar em outros lugares, devido à falta de trabalho e as mudanças no estilo de vida.

As ações e medidas mitigatórias adotadas pelo Consórcio não foram suficientes para minimizar os danos causados para os atingidos, nem reestabelecer seus meios e modos de vida. Percebe-se que essas ações são pontuais e apenas cumprem com as obrigações legais impostas a esse tipo de empreendimento, deixando de lado aspectos fundamentais sobre os impactos na vida dessas pessoas. Ademais, tais ações impuseram a eles um processo

de negociação unilateral, com critérios e padrões de indenização estabelecidos pelo consórcio, não prezando pela participação efetiva desses atores na tomada de decisão, além de renegar as noções de acesso e transparência, o que impossibilitou maior acesso a informações e conhecimento dos direitos dos atingidos. Apesar disso, o consórcio buscou imprimir junto aos atingidos a impressão de socialmente responsável e de promotor do desenvolvimento e bem-estar dessa população, através da adoção de medidas assistencialistas e da realização de ações que promoviam certas melhorias na vida dos atingidos, como a doação de cestas básicas e a construção da escola e do posto de saúde. Esses fatos revelam um dos pontos de atuação política do consórcio, realizando certas ações e suprindo o papel do Estado em promover o bem-estar dessa população.

Vale ressaltar ainda que, essas ações também serviram como meios para desarticular os atingidos, impedindo a insurgência de qualquer conflito mais grave ou um movimento de resistência, ressaltando as relações de poder existentes, revelando a posição de vulnerabilidade, hipossuficiência, medo e desmobilização dos atingidos perante o poderio econômico, político e social do consórcio, capaz de exercer pressão e persuadir (de forma velada) para garantir seus interesses e objetivos.

Percebe-se que a adoção de ações de cunho social e os discursos desenvolvidos pelas corporações têm se revelado como instrumentos que buscam apenas manter a posição dominante desses atores nas relações de poder existentes na sociedade, através de uma ideologia que legitima suas ações, o que pode ser visto como outro ponto de atuação política das empresas. Essa legitimação acarreta um poder cada vez maior das corporações, e conseqüentemente exaltam a sua função social de provedora do desenvolvimento da sociedade, em detrimento do Estado. Dessa forma, as corporações deixam de ser simples agentes econômicos para ocupar um

papel central no mundo globalizado, tornando-se agentes políticos, capazes de influenciar a vida social além da esfera da empresa. Os discursos adotados pelas empresas surgem como um fator estratégico, que garantem a imagem de empresa socialmente responsável e também posições mais competitivas no mercado. Além disso, as empresas privadas passam a ocupar um papel fundamental também em relação a aspectos de regulação no cenário político e econômico, fazendo prevalecer uma regulamentação que seja condizente com os objetivos organizacionais.

O caso apresentado neste trabalho corrobora as proposições feitas pela abordagem de RSE Política proposta por Scherer e Palazzo (2011), com a descrição supracitada da atuação das empresas no cenário global e com a visão instrumental da Teoria dos *stakeholders* que vem sendo adotada pelas empresas. Este estudo comprova que a existência de um contexto com divergência de interesses entre as partes envolvidas e uma ação política que busca tornar invisíveis os conflitos entre os atores, complementado por uma articulação entre a exclusão das populações locais do planejamento das ações e da priorização de um discurso desenvolvimentista que prioriza interesses corporativos, leva os atores mais vulneráveis a sofrer as maiores perdas em termos culturais, sociais, econômicos, ambientais nas regiões onde são implantados esses empreendimentos, e ainda assim, garantem uma legitimidade - nem tão legítima, à ação empresarial.

Destaca-se que, por a abordagem de RSE política ser uma perspectiva recente e ainda pouco abordada na literatura, principalmente no Brasil, onde os estudos ainda são incipientes, este trabalho apresenta uma contribuição para enriquecer os debates sobre a temática e para ajudar a compreender o atual papel das corporações na sociedade contemporânea, em especial no setor abordado neste trabalho. Também contribui para uma

melhor compreensão das ações estratégicas de RSE das empresas e instigam a reflexão sobre a necessidade de aprimorar tais estratégias.

Além disso, o trabalho traz contribuições em relação à Teoria dos *Stakeholders*, demonstrando algumas fraquezas dessa abordagem, que podem ser divididas em três pontos: primeiramente, o estudo demonstra como a utilização instrumental dessa abordagem tende a favorecer mais a fragmentação social entre os atores e uma individualização dos interesses ao invés do fortalecimento coletivo, causando uma diminuição do poder coletivo e facilitando a manipulação dos indivíduos por parte dos atores com mais poder; o segundo ponto refere-se a como esse modelo instrumental dos *stakeholders* facilita o uso político da legislação por parte das corporações, contra os próprios interesses dos *stakeholders*, mediante a omissão do Estado em processos dessa natureza; e por fim, este trabalho revela como o uso da abordagem dos *stakeholders* atrelada a práticas assistencialistas tem alta capacidade de gerar legitimidade à ação empresarial, devido à ausência do Estado na provisão de bens e serviços básicos, fazendo com que esse modelo se torne um instrumento para fortalecer os laços assistencialistas entre corporação e comunidade.

Outra contribuição, de cunho prático, refere-se à percepção de que a legislação atual do setor é inadequada e tem sido utilizada de maneira falha, em especial nas questões de licenciamento ambiental e obtenção do EIA-RIMA. Portanto, verifica-se a necessidade de rever e aprimorar os critérios para o licenciamento desses empreendimentos, além de buscar proposições de novas regulamentações e políticas públicas para o setor, garantindo uma adequada mitigação dos impactos e melhores condições de vida para as populações atingidas por barragens.

Apesar das contribuições, é necessário apontar também as limitações deste trabalho. Apresentam-se como principais limitações o fato de a

pesquisa ser um estudo de caso e abranger apenas uma das três comunidades atingidas pelo empreendimento. Pode ser relevante fazer um estudo abrangendo as demais comunidades, pois pode haver divergência de percepção sobre o empreendimento por parte dos atingidos e a adoção de ações e discursos distintos. Além disso, por se tratar de um estudo de caso, não é possível criar generalizações para outros casos, apesar de ficar claro que a atuação das empresas tem se constituído de maneira uniforme ou similar em diversos setores. Desse modo, sugere-se a realização de estudos que abarquem as demais comunidades para o caso específico estudado, ou ainda estudos com um número maior de empresas e em setores diversos. Outra sugestão para estudos futuros está relacionada às associações de reativação econômica, em que se busque conhecer melhor a criação, o funcionamento e o papel delas nas comunidades.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA. 1999. 131 p.
- BANERJEE, S. B. Corporate social responsibility: the good, the bad and the ugly. **Critical Sociology**, Eugene, v. 34, n. 1, p. 51-79, 2008.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BARDAGI, M. P.; SCACCHETTI, D. C. **Responsabilidade social empresarial (RSE) e sua integração às práticas de gestão**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/125.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010. 281 p.
- BASTOS, F. M. **Neoliberalismo e a recente política de privatização no Brasil: o caso da malha nordeste da Rede Ferroviária Federal SA–RFFSA**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 139-153, jan./abr. 2007.
- BORGES, J. Modelo energético brasileiro e a questão hidrelétrica: análise do discurso governamental. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 1., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: [s. n.], 2007. 1 CD ROM.

BRASIL. **Decreto nº 7.342**, de 26 de outubro de 2010. Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7342.htm>. Acesso em: 22 jul. 2014.

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em: 27 out. 2014.

BRASIL. **Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989**. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17990.htm>. Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995**. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19074cons.htm>. Acesso em: 30 set. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm>. Acesso em: 22 ago. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 25 ago. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; DINIZ, E. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo, n. 84, p. 83-99, 2009.

CAMPBELL, J. L. Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. **Academy of Management Review**, Mississippi, v. 32, n. 3, p. 946-967, 2007.

CAMPOS, T. L. C. Administração de *Stakeholders*: uma proposta metodológica para as pesquisas sobre responsabilidade social das organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 1., 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2003. 1 CD ROM.

CAMPOS, T. L. C. Políticas para *stakeholders*: um objetivo ou uma estratégia organizacional? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 4, p. 111-130, 2006.

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, Marília, v. 2, n. 3, p. 37-46, 2008.

CEDERSTRÖM, C.; MARINETTO, M. Corporate social responsibility á la the liberal communist. **Organization**, London, v. 20, n. 3, p. 416-432, 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. Ed. São Paulo, Cortez, 2006.

CHRISTENSEN, L. T.; MORSING, M.; THYSSEN, O. CSR as aspirational talk. **Organization**, London, v. 20, n. 3, p. 372-393, 2013.

CLARKSON, M. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

COLITO, M. C. E. A construção de usinas hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço-comunidades rurais ameaçadas pela UH de Jataizinho- Rio Tibagi/Pr. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 275-258, 2000.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA nº 9, de 3 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=60>>. Acesso em: 23 out. 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

COSTA, A. M.; CARVALHO, J. L. F. Legitimando papéis ou conciliando interesses? A reprodução discursiva da responsabilidade social empresarial. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. 1 CD ROM.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. **Academy of Management Review**, Mississippi, v. 20, n. 1, p. 65-91, 1995.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de energia elétrica**. Rio de Janeiro, 2013.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 7-33, jan./fev. 2008.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 179-206.

FOSCHIERA, A. A.; THOMAZ JÚNIOR, A. A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Barra Grande. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral, v. 14, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/10>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

HASTENREITER, F. Responsabilidade Social Empresarial (RSE): compromisso com a sociedade? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 11, n. 128, p. 70-78, 2012.

INSTITUTO ETHOS. **Valores, transparência e governança**. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/gestao-socialmente-responsavel/valores-transparencia-e-governanca/#.VFzV2vnF9lw>>. Acesso em: 22 set. 2014.

KREITLON, M. P. **O discurso da responsabilidade social empresarial ou a lógica e a retórica da legitimação**: um olhar sobre o campo do petróleo. Bahia: UFBA. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

LETURCQ, G. A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2007. **Anais...**, Salvador: [s. n.], 2007. 1 CD ROM.

LIMA, S. C. **Reforma do Estado e o setor de infra-estrutura no Brasil durante o período 1990-2002**. 2012. 191 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

LOCKE, R. M.; CHEIBUB, Z. B. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. In : CAPPELLIN, P.; GOMES, E. R.; KIRSCHNER, A. M. **Empresas, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LYRA, M. G.; GOMES, R. C.; JACOVINE, L. A. G. O papel dos *stakeholders* na sustentabilidade da empresa: contribuições para construção de um modelo de análise. **Revista Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 3, p. 39-52, 2009.

MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações: responsabilidade social, instituições, governança e reputação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MAINARDES, E. W. et al. Um novo modelo de classificação de stakeholders. In: ENCONTRO DE ESTUDOS DE ESTRATÉGIA, 5., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPAD, 2011. p. 1-13.

MARENS, R. What comes around: the early 20th century American roots of legitimating corporate social responsibility. **Organization**, London, v. 20, n. 3, p. 454-476, 2013.

MATTEN, D.; CRANE, A. Corporate citizenship: towards an extended theoretical conceptualization. **Academy of Management Review**, Mississippi, v. 30, 166–79, 2005

MAYES, R.; PINI, B.; MCDONALD, P. Corporate social responsibility and the parameters of dialogue with vulnerable others. **Organization**, London, v. 20, n. 6, p. 840-859, 2013.

MELO, P. T. N. B.; RÉGIS, H. P. Classificação dos laços entre gestores e *Stakeholders* na rede dos pontos de cultura no grande Recife. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 20, n. 64, p. 75-96, 2013.

MENEZES, U. G.; DIAS, V. V.; GOMES, C. M. O paradigma sustentável e a formulação de estratégias empresariais para a competitividade. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 26, n. 78, p. 4-17, 2010.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. **Academy of Management Review**, Mississippi, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.

MITRA, R. Book Review: Reassessing corporate social responsibility for the hyper-global network society: centering communication. **Organization**, London, v. 20, n. 3, p. 477-485, 2013.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORESI, E. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica, 2003.

MORICEAU, J. L.; GUERILLOT, G. Gifted: the monolingualism of corporate social responsibility. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 153-164, 2012.

MOYSÉS FILHO, J. E.; RODRIGUES, A. L.; MORETTI, S. L. A. Gestão social e ambiental em pequenas e médias empresas: influência e poder dos stakeholders. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 204-236, 2011.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

NASCIMENTO, K. A.; PEREIRA, J. L. G. Desenvolvimento e culturas locais: a visão dos moradores sobre a construção da hidrelétrica de Baguari – MG. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA REGIÃO NORTE, 2., 2010, Belém. **Anais...** Belém: [s. n.], 2010.

NOBREGA, R. S. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 19, n. 36, p. 125-143, 2011.

NOGUEIRA, N. D. **A Usina hidrelétrica Cachoeira do Emboque-MG: o significado da barragem para os atingidos.** 2007. 93 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2007.

PANORAMIO – GOOGLE MAPS. **Comunidade do Funil.** Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/6172881>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

PASE, H. L.; ROCHA, H. J. O governo Lula e as políticas públicas do setor elétrico. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 32, 2010.

PAULA SOARES, G. M. Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!? **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2004.

PEREIRA, J. L. Neoliberalismo e crise do Welfare State: a reconfiguração do papel do estado na economia globalizada. In: In: SANTOS, R. D.; GABARDO, E.; SANTIN, J. R. (Org.). **Teoria do estado e da constituição.** Florianópolis: FUNJAB, 2013. p. 34-62.

PIACENTI, C. A. et al. Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, Curitiba, v. 104, p. 103-123, 2003.

PINHEIRO, D. C. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento de questões sociais e ambientais:** o caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO. 2006. 113 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PINHO, F. S. N. et al. Transparência e responsabilidade empresarial: uma análise dos sites das 500 maiores. **Revista Científica da Faculdade Lourenço Filho**, Fortaleza, v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://felipepinho.com/index.php/artigos/110-transparencia-e-responsabilidade-empresarial-uma-analise-dos-sites-das-500-maiores>>. Acesso em nov. 2014.

PORTO, M. F. S.; FINAMORE, R.; FERREIRA, H. Injustiças da sustentabilidade: Conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 100, p. 37-64, 2013.

SADER, E. Brasil, de Getúlio a Lula. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Boitempo, 2010. p. 11-29. Disponível em: <[http://www.adrianoiogo.com.br/arquivos_relacionados/mioloPeF\(final_alta\)11-29.pdf](http://www.adrianoiogo.com.br/arquivos_relacionados/mioloPeF(final_alta)11-29.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2014.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, P. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 2003. Disponível em: <<http://www.unavarra.es/>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

SAUERBRONN, F. F.; SAUERBRONN, J. F. R. Estratégias de responsabilidade social e esfera. **RAP – Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 435-58, 2011.

SCHERER, A. G.; PALAZZO, G. The new political role of business in a globalized world: a review of a new perspective on CSR and its Implications for the firm, governance, and democracy. **Journal of Management Studies**, Oxford, v. 48, n. 4, p. 899-931, 2011.

SILVA, A. M. Barragens: controvérsias ambientais, sociais e simbólicas. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2007. **Anais...** Salvador: [s. n.], 2007.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, L. L. C.; MORET, A. S. Impactos sociais de hidrelétricas e a necessidade de legislação para o remanejamento. **Hidro&Hydro**, Itajubá, n. 54, p. 16-25. jul./ago./set. 2012.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. P. Os Atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do Assentamento Olhos D'água em Uberlândia-MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 397-408, set./dez. 2011.

SOUZA, I.; AZEVEDO, R. R.; NÓBREGA, C. V. Responsabilidade social como ação cidadã? desmascarando a prática discursiva de uma nova exigência da ética de mercado. **Revista LABOR**, Fortaleza, n. 7, v. 1, p. 36-48, 2012.

TARDELLI, F. **Ponte do Funil**. Lavras: [s. n.], 2008. Disponível em: <<http://lavrasmg.wordpress.com/2008/10/29/ponte-do-funil/>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

UHE FUNIL. **A usina**. Disponível em: <<http://www.ahefunil.com.br/home/>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

UHE FUNIL. Consórcio AHE FUNIL. **Boletim Informativo**, Lavras, v. 4, n. 27, jul./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ahefunil.com.br/downloads/>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

VAINER, C. B. Conceito de atingido: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens. Viçosa, MG: UFV, 2008.

VAINER, C. B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007.

VAN AAKEN, D.; SPLITTER V.; SEIDL, D. Why do corporate actors engage in pro-social behaviour? A Bourdieusian perspective on corporate social responsibility. **Organization**, London, v. 20, n. 3, p. 349-371, 2013.

WORLD COMMISSION ON DAMS. **Dams and development**: a new framework for decision-making. Berkeley, 2000.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 119-135, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1
ROTEIRO DE ENTREVISTA

PESQUISA: DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS: O CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DO FUNIL

Data da entrevista: ___/___/2013.

Início da entrevista: ___:___ horas -- Término da entrevista: ___:___ horas.

Nome do entrevistado: _____

Endereço: Rua/Praça/Av: _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Telefone _____

QUESTÕES

1. O senhor poderia contar como foi o processo de implantação da usina, descrever como foram as negociações, a realocação das pessoas? Contar um pouco dessa história.

2. Do seu ponto de vista, quais foram os principais fatores favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?

3. Do seu ponto de vista, os moradores têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial dessa comunidade?

4. Do seu ponto de vista, as entidades e/ou associações (rádio comunitária, associações de moradores, entre outras) e o Poder Executivo (PE local, estadual, federal) ou Poder Legislativo (PL local, estadual e

federal) tem trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você indicou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade?

5. Do seu ponto de vista quais são os principais obstáculos ou problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?

6. Do seu ponto de vista, os moradores têm consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento da comunidade?

7. Do seu ponto de vista, as entidades representativas e/ou Poder Executivo ou Legislativo têm trabalhado no sentido de buscar solucionar os problemas que você indicou como principais obstáculos ao desenvolvimento da comunidade?

8. Na sua opinião, quais foram as contribuições que a implantação da UHF para o desenvolvimento desta comunidade?

9. Na sua opinião, a implantação da UHF nesta região trouxe alguns problemas?

10. A implantação da UHF modificou a rotina dos moradores da comunidade?

a. Não ()

b. Sim () - Quais foram essas modificações? O sr. (a) avalia essas modificações como positivas ou negativas? Por quê?

11. Como o (a) sr. (a) avalia a mudança provocada pela construção da barragem?

12. O (a) sr. (a) participou de alguma etapa da implantação da UHF? Se sim, como?

13. Como ocorreram as negociações para o realojamento dos moradores das comunidades atingidas pela a barragem?

14. As negociações foram individuais ou coletivas? Teve ajuda de algum profissional?

15. Foram realizadas reuniões e audiências públicas?
16. Houve conflitos ou problemas durante as negociações?
17. Na época, o que o (a) sr. (a) achou da mudança da comunidade? E hoje, como o (a) sr. (a) avalia essa mudança? Em termos de desenvolvimento – social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial – melhorou ou piorou? Por quê?
18. Qual a relação do (a) sr.(a) ou membros de sua família com os demais membros da comunidade, antes e hoje?
19. O (a) sr. (a) participa ou participou de algum tipo de associação?
 - a. () Sim - Qual (s) e quando? A participação do (a) sr (a) se deu antes ou depois da implantação da UHF?
 - b. () Não - Por quê?
20. As associações existentes estiveram envolvidas nas negociações do remanejamento das comunidades atingidas pela barragem?
21. O (a) sr. (a) foi beneficiado (a) por alguma política pública formulada pelos governos federal, estadual e municipal?
 - a. () Sim - Qual (is)? Essa política pública atende os interesses da comunidade?
 - b. () Não – Por quê?
22. Na sua opinião, o governo federal, estadual ou municipal tem se preocupado em elaborar políticas públicas que minimizem os danos causados às comunidades atingidas por barragens?
23. Na sua opinião, quais são os anseios e necessidades dessa comunidade?
24. Como o PE ou PL atuou em relação à implantação da hidrelétrica?
25. O Sr. (a) gostaria de contar mais alguma coisa sobre a usina, as negociações?

Agradecer a colaboração do entrevistado.

ANEXO 2**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE**

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: “Desenvolvimento e políticas públicas para comunidades atingidas por barragens: o caso da Usina Hidrelétrica do Funil”.

O objetivo dessa pesquisa consiste em compreender como atores vinculados a Usina Hidrelétrica do Funil e os atingidos por esse empreendimento interpretam os fatores favoráveis e/ou limitantes ao desenvolvimento e como estes podem ser utilizados como proposições para a formulação de uma política pública para comunidades atingidas por barragens.

A seleção dos participantes voluntários dessa pesquisa consistirá na escolha de atores que tiveram ou que tem atualmente alguma relação com a construção e a operação da Usina Hidrelétrica do Funil (UHF) ou que foram atingidos por esse empreendimento, tais como: os moradores das comunidades atingidas; os representantes do executivo e legislativo dos municípios que abrigam as comunidades (antigas e as que foram formadas após realocação); os membros de entidades representativas, como rádio comunitária, associações de moradores, movimentos sociais e outras associações criadas para a reativação econômica; os representantes do Consórcio Vale/Cemig (AHE Funil); entre outros atores que possuem vínculos com a UHF e as comunidades atingidas.

Essa pesquisa será realizada por meio de uma entrevista com roteiro e deverá ser gravada. Caso você não autorize a gravação, solicita-se a sua permissão para que o entrevistador faça anotações de seus relatos. Nos casos em que o voluntário não permitir a gravação e nem as anotações de seus relatos não será possível a sua participação na pesquisa.

Esclareço que sua participação não trará qualquer benefício direto ao senhor (a), mas os resultados representarão um diagnóstico sobre o desenvolvimento das comunidades atingidas, o qual poderá fomentar ações e/ou estratégias de desenvolvimento local, bem como auxiliar na construção de proposições para política energética brasileira.

A sua participação na pesquisa também não gerará gastos para você, bem como não há previsão de nenhum risco gerado pela sua participação. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, sendo garantido seu anonimato. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Você poderá desistir de participar da pesquisa, antes, durante ou após a realização da entrevista, retirando seu consentimento em participar da mesma, sem prejuízo algum e sem a necessidade de informar os motivos da desistência.

A entrevista só será iniciada após a leitura e concordância com o TCLE (Termo de Consentimento Livre e esclarecido) que será realizado em duas vias, sendo uma para a professora e pesquisadora Patrícia Aparecida Ferreira e outra entregue para o voluntário. Em caso de alguma dúvida sobre a pesquisa, entre em contato com a pesquisadora pelo e-mail paf@dae.ufla.br ou telefone (35) 3829-1998. Em caso de dúvidas quanto aos seus direitos como voluntário de pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos na Pró-Reitoria de

Pesquisa, Campus Universitário- Caixa Postal 3037 – Lavras – MG –
37.200-000 Tel (35) 3829- 5182.

Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo caso não se sinta confortável para responder as perguntas.

Agradeço pela importante contribuição.

Eu _____,
certifico que, tendo lido as informações acima e suficientemente esclarecido
(a) de todos os itens, estou plenamente de acordo com a realização do
estudo. Assim, eu autorizo a execução do trabalho de pesquisa exposto
acima. Lavras, ___ de _____ de 20 ___.

NOME (legível) _____

RG _____ ASSINATURA _____